



**CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS**



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N. 003/2026 – SRP/CMM
PROCESSO N° 2025.10000.10718.0.000753.

Regido pela Lei Federal nº. 14.133, de 01/04/2021, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, Lei Complementar n. 123, de 14/12/2006 e suas alterações, Ato da Presidência nº 011/2024 – GP/DG e Ato da Presidência nº 003/2024 – GP/GG e demais legislações complementares.

OBJETO: Registro de preço para eventual contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de locação de toda infraestrutura necessária dos sistemas de transmissão, irradiação, estúdio, torre, abrigo, climatização, e energia para difundir o sinal de Rádio Câmara de Manaus na frequência de 105,5 MHz para atender as necessidades da Câmara Municipal de Manaus, oriundo do Processo Administrativo n.º 2025.10000.10718.0.000753.

DATA DE SESSÃO: 04/05/2026.

PERÍODO DE PROPOSTAS: de 14/04/2026 a 04/05/2026 até às 9h30m.

DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DE PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: 04/05/2026 às 10 horas.

LINK DE ACESSO A PLATAFORMA LICITANET: <https://www.licitanet.com.br>.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global em lote único.

MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado.

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS: <https://www.licitanet.com.br>.





**CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS**



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N. 003/2026 – SRP/CMM
PROCESSO Nº 2025.10000.10718.0.000753

OBJETO: Registro de preço para eventual contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de locação de toda infraestrutura necessária dos sistemas de transmissão, irradiação, estúdio, torre, abrigo, climatização, e energia para difundir o sinal de Rádio Câmara de Manaus na frequência de 105,5 MHz para atender as necessidades da Câmara Municipal de Manaus, oriundo do Processo Administrativo n.º 2025.10000.10718.0.000753.

- 01. PREÂMBULO**
- 02. DO OBJETO**
- 03. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**
- 04. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 05. DO CREDENCIAMENTO**
- 06. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 07. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
- 08. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 09. MODO DA DISPUTA**
- 010. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**
- 011. DO CADASTRO NO HABILITANET**
- 012. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**
- 013. DOS RECURSOS**
- 014. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**
- 015. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
- 016. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 017. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**
- 018. DAS CONDIÇÃO PARA A ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 019. DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO**
- 020. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**
- 021. DO PAGAMENTO**
- 022. DOS CRITÉRIOS AMBIENTAIS ADOTADOS**
- 023. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 024. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio
Manaus - AM | 69029-120
Tel.: 3303-2762

ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR HELEN GRACE COSTA SENA - TÉCNICO(A) LEGISLATIVO - AUTORIA - EM 14/04/2026 13:26:19

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 8E0A9BB3001C6BFC . CONSULTE EM <https://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



- 025.** DA PUBLICIDADE
- 026.** DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
- 027.** ANEXOS:
 - I. TERMO DE REFERÊNCIA;
 - II. MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
 - III. MODELO DE DECLARAÇÃO DE PRAZOS DE ENTREGA;
 - IV. MODELO DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD.
 - V. MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
 - VI. MINUTA DO CONTRATO





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



1. PREÂMBULO

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.503.504/0001-85, através da Pregoeira e Equipe de Apoio da Diretoria de Licitações e Contratos, designados pelos Atos da Presidência nº 004/2025-GP/DG, que nomeiam, respectivamente, Membros da Diretoria de Licitações e Contratos, e torna público para o conhecimento dos interessados que na data, na hora e portal indicados no preâmbulo deste instrumento convocatório, com obediência ao disposto na Lei, que fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme descrito neste Edital, no Termo de Referência e demais Anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, Decreto nº 11.462, de 31/03/2023, Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014.

2. DO OBJETO

2.1. Registro de preço para eventual contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de locação de toda infraestrutura necessária dos sistemas de transmissão, irradiação, estúdio, torre, abrigo, climatização, e energia para difundir o sinal de Rádio Câmara de Manaus na frequência de 105,5 MHz para atender as necessidades da Câmara Municipal de Manaus, oriundo do Processo Administrativo n.º 2025.10000.10718.0.000753.

3. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. A inserção das propostas deverá ser feita diretamente no Portal www.licitanet.com.br, até a data limite estipulada neste Edital.

3.2. Acolhimento para recebimento das propostas: de 14/04/2026 a 04/05/2026 até às 9h30m.

3.3. Abertura da sessão: **04/05/2026** às 10h.

3.4. Término diário da sessão de disputa de preços: cada sessão se estenderá até às **14h** horas, salvo se a disputa em andamento não tiver sido encerrada.

3.5. A fase de lances será de, pelo menos, 04 (quatro) minutos.

3.6. Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste Edital.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta Licitação:

4.1.1. As empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos.

4.2. A verificação da compatibilidade do objeto da contratação com a atividade da licitante dar-se-á na fase de Habilitação.

4.3. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

4.3.1. Que estejam impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, durante o prazo da sanção aplicada.

4.3.2. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

4.3.3. Que se encontrem em processo de dissolução, liquidação, falência, concordata, fusão, cisão, incorporação e sob concurso de credores;

4.3.4. Organizadas em consórcio;

4.3.5. Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio
Manaus - AM | 69029-120
Tel.: 3303-2762
www.cmm-am.gov.br

ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR HELEN GRACE COSTA SENA - TÉCNICO(A) LEGISLATIVO - AUTORIA - EM 14/04/2026 13:26:19

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 8E0A9BB3001C6BFC . CONSULTE EM <https://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



- 4.3.6.** Que tenham diretores, sócios ou representantes legais participando em mais de uma proposta;
- 4.3.7.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 4.3.8.** Que possuam, em sua diretoria ou quadro técnico, servidor público vinculado a CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS;
- 4.3.9.** Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017;
- 4.3.10.** Enquadradas ou que tenha representante enquadrado nas vedações previstas no artigo 9º, §1º da Lei nº 14.133/21.
- 4.3.11.** Empresas que ostentem quaisquer registros impeditivos constantes no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), do Portal da Transparência (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).
- 4.3.12.** Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, § 1º e § 2º e 14 da Lei n. 14.133/21 e demais disposições legais, conforme subitens a seguir:
- 4.3.12.1.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 4.4.** Caso seja constatada a ocorrência de quaisquer das situações referidas no item **4.3**, ainda que a posteriores, a empresa licitante será desqualificada, ficando esta e seus representantes sujeitos às penas legais cabíveis.
- 4.5.** Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 4.6.** Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);
- 4.7.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 4.8.** A participação neste Pregão implica aceitação, plena e irrevogável, das normas constantes do presente Edital e seus Anexos.

5. DO CREDENCIAMENTO

- 5.1.** O credenciamento é o nível básico do registro cadastral na Plataforma Licitanet, através do portal www.licitanet.com.br, que permite a participação dos interessados nesta licitação, em sua forma eletrônica.
- 5.2.** O credenciamento é a condição obrigatória para formulação de lances e prática de todos os atos nesta licitação, que se dará no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br>.
- 5.3.** As licitantes que se enquadrem na categoria de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e que queiram usufruir do benefício legal, deverão optar pelo benefício, no momento da





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



sessão, diretamente na plataforma www.licitanet.com.br.

5.4. A empresa não poderá usufruir do tratamento favorecido se o valor estimado da licitação for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme previsto no art. 3º, §4º da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 4º, §1º, I e §2º da Lei nº 14.133/2021.

5.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

5.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive /os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Câmara Municipal de Manaus, por eventuais riscos/danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até o prazo final para acolhimento das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. O envio dos documentos de habilitação somente estará disponível após o encerramento do envio de lances e negociação dos preços com a licitante melhor classificada.

6.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do (a) Pregoeiro (a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.9. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.10. No cadastramento da proposta inicial (ou dos documentos de habilitação, conforme o caso), o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.10.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.10.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.10.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.10.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.11. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.12. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.12.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.12.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.13. A falsidade da declaração de que trata os itens **6.10** e **6.12** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.14. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.15. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.16. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.17. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.17.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.17.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

- 6.18.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 6.18.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 6.19.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **6.17** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 6.20.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.21.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1.** O licitante deverá enviar sua proposta, conforme modelo do **ANEXO II**, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, no que couber:
 - 7.1.1.** Valor unitário e total do item;
 - 7.1.2.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável: o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 7.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 7.3.** Nos valores propostos, estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 7.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 7.6.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
 - 7.6.1.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração, por parte dos contratados, pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
 - 7.6.2.** Juntamente a Proposta de Preços deverá ser encaminhado, ainda:
 - 7.6.3** Declaração de Prazo de Entrega **ANEXO III**.





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O (a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9. DO MODO DE DISPUTA

9.1. Modo de disputa Aberto e fechado:

9.1.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**.

9.1.2. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

9.1.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos e, após isso, inicia-se o período aleatório de até 10 (dez) minutos, com fechamento iminente dos lances.

9.1.4. Encerrada a etapa aberta, o autor da oferta mais vantajosa aqueles com valores até 10% superiores a essa oferta serão convocados pelo sistema para que ofertem um lance final e fechado.

9.1.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.1.6. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o(a) Pregoeiro(a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio
Manaus - AM | 69029-120
Tel.: 3303-2762





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



recebido e registrado em primeiro lugar.

9.3. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.4. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

9.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.6. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

9.8. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como com as demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.9. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.10. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.11. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.12. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.13.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

9.13.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.13.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



9.13.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.13.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.13.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.13.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.13.2.2. Empresas brasileiras;

9.13.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.13.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.14. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) Pregoeiro (a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.14.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.14.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.14.3. O(a) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.15. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **4.3.** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

10.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



10.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

10.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.5. O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.5.1. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim, sucessivamente na ordem de classificação.

10.7. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.8. O (a) Pregoeiro (a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.8.1. Também nas hipóteses em que o (a) Pregoeiro (a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o (a) Pregoeiro (a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o (a) Pregoeiro (a) solicitará e verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DO CADASTRO NO HABILITANET

11.1. O HABILITANET constitui um módulo de registro cadastral da LICITANET, disponível no rol de menus da Sala de Disputa.

11.1.1. A habilitação dos fornecedores em licitação pertinente à aquisição de bens e serviços, inclusive de obras e publicidade, poderá ser comprovada por meio de regular inscrição cadastral no HABILITANET, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

11.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



11.2.1. Constatada a existência de sanção, o (a) Pregoeiro (a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.2.2. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do HABILITANET, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

11.3.1. O interessado, mediante utilização do sistema, deverá anexar os documentos de habilitação na plataforma no momento em que for convocado pelo pregoeiro.

11.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo (a) Pregoeiro (a) lograr êxito em encontrar a (s) certidão(ões) válida(s).

11.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação e/ou desclassificação.

11.5. A licitante deverá encaminhar SOMENTE a cópia da proposta de preços ajustada, contendo preço unitário e global com até 02 (duas) casas decimais, bem como a marca, para o HABILITANET para que o(a) Pregoeiro(a) possa verificar a conformidade com o preestabelecido neste Edital, devendo ser encaminhados posteriormente os documentos de habilitação que não puderam ter sua veracidade aferida pelos sítios eletrônicos oficiais, em original ou cópias autenticadas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados após ser declarado vencedor do lote/item, para o endereço: Câmara Municipal de Manaus, situada a rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850, Bairro São Raimundo, Manaus-Am.

11.5.1. A não apresentação dos documentos de habilitação (em original e/ou autenticados) que não puderam ter sua veracidade aferida pelos sítios eletrônicos oficiais, no prazo estipulado de 05 (cinco) dias úteis, ensejará a inabilitação direta do licitante bem como a aplicação, nos autos do certame.

11.5.2. Nos casos em que o (s) licitante (s) não enviar os documentos de habilitação que não puderam ter sua veracidade aferida pelos sítios eletrônicos oficiais, em original e/ou autenticados, o(a) Pregoeiro(a) declarará sua inabilitação e convocará imediatamente, o licitante classificado em segundo lugar.

11.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.9. Os licitantes deverão encaminhar via plataforma digital, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



11.9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.9.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.9.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.9.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.9.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.9.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.9.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

11.9.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.9.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

11.9.9. Cédula de identidade ou documento de identificação com foto de seus administradores;

11.9.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

11.9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - (CNPJ);

11.9.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (**INSCRIÇÃO ESTADUAL OU MUNICIPAL**);

11.9.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional (**CERTIDÃO FEDERAL**);

11.9.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre (**CERTIDÃO ESTADUAL**);

11.9.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre (**CERTIDÃO MUNICIPAL**);

11.9.2.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.9.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (**DÉBITOS TRABALHISTAS**);





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



11.9.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação nos termos do art. 3º da LC nº 123/2006, deverá apresentar:

11.9.2.8.1 Declaração de Enquadramento de ME ou EPP, devidamente registrada e arquivada na respectiva Junta Comercial, ou, Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado, ou, Declaração de Microempreendedor Individual, ou, documento legal hábil a comprovar a condição ME ou EPP, datado no máximo de 60 dias.

11.9.2.8.2. O licitante detentor do menor preço deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.9.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

11.9.3.1. Certidão Negativa de Falência e Concordata, datada de no máximo 30 (trinta) dias corridos anteriores à data de realização da sessão pública do pregão, se outro prazo não for definido na própria certidão.

11.9.3.2. Balanço patrimonial, Demonstração de Resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

11.9.3.2.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

11.9.3.3. Patrimônio Líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da proposta, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, for igual ou inferior a

11.9.3.4. A habilitação econômico-financeira deverá ser assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital, devidamente acompanhado dos termos de abertura e fechamento dos respectivos balanços.

11.9.3.5. Serão aceitas as demonstrações contábeis arquivadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou órgão equivalente, ou ainda aquelas apresentadas na forma de Escrituração Contábil Digital (ECD) junto ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) assinados pelo contabilista e pelo responsável legal da empresa, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2003/2021, suas exceções e alterações.

11.9.3.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

11.9.3.7. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

11.9.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.9.4.1. Com vistas ao julgamento das qualificações Técnicas, cada Licitante deverá apresentar:

11.9.4.1.1. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando sua capacidade técnica operacional compatíveis com o objeto deste termo de referência, em locação de equipamentos, instalação e manutenção para transmissão de sessões plenárias ou outras programações de rádio difusão de sons ao vivo;

11.9.4.1.2. Contratada deverá ter experiência em geração e transmissão de sinal de rádio difusão de sons ao vivo:

11.9.4.1.1.1. O Contrato Social deverá constar atributo relativo(s) à Prestação de Serviço(s)





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



compatível (eis) com o objeto do presente Termo de Referência;

11.9.4.2. Os profissionais deverão ter experiência comprovada nas atividades, relativo(s) à Prestação de Serviço(s) compatível (eis) com o objeto do presente Termo de Referência instalação e manutenção para transmissão de sessões plenárias ou outras programações de rádio difusão de sons ao vivo. A comprovação se dará com a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito privado ou público Contratante de serviços já prestados pelo profissional. Para o profissional de Nível superior com formação em Engenharia, a comprovação se dará por meio de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, referente ao serviço compatível (eis) com o objeto do presente Termo de Referência em instalação e manutenção para transmissão de sessões plenárias ou outras programações de rádio difusão de sons.

11.9.4.3. Em caso de dúvida fundada do (a) Pregoeiro (a) e sua equipe de apoio, de que o atestado não corresponde à realidade, deverá esta, usando da prerrogativa prevista no art. 64, da Lei 14.133/2021, exigir do licitante a apresentação das Notas Fiscais e ou Notas de Empenho, que corresponda aos atestados sob os quais recaia fundada dúvida de veracidade.

11.9.6. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

11.9.6.1. Modelo de Declaração de Cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, **ANEXO IV.**

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. Ao licitante declarado vencedor será concedido o prazo de 2 (duas) horas (que poderá correr simultaneamente à convocação para apresentação dos documentos de habilitação), a contar da solicitação do (a) Pregoeiro (a), no sistema eletrônico, para apresentação da proposta final ajustada ao valor do último lance, sob pena de desclassificação e deverá atender às seguintes condições:

12.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo ser assinada pelo licitante ou seu representante legal, sendo preferível a assinatura eletrônica.

12.2. Com o intuito de oferecer agilidade ao processo de pagamento, a proposta final da licitante poderá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.3.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (inc. II, art. 12, da Lei nº 14.133/21).

12.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12.8. Dispensa-se o envio da proposta ajustada, em via original, tendo em vista o envio da proposta na plataforma eletrônica, sendo que esta proposta final levada aos autos será utilizada no decorrer da execução do contrato.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao (a) Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e admissibilidade do recurso, e em seguida informar sua decisão, fundamentadamente.

13.3.1. Nesse momento, o (a) Pregoeiro (a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.3.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.3.3. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos (HABILITANET), sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. A adjudicação e o critério de julgamento do certame será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**,

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio
Manaus - AM | 69029-120
Tel.: 3303-2762





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



conforme **Item 17** do Termo de Referência.

15.2. O vencedor será declarado por ato do (a) Pregoeiro (a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.3. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As projeções das despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, consignada no orçamento municipal para o exercício corrente, nas seguintes rubricas:

16.2. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: **01101** - CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS

16.3. PROGRAMA DE TRABALHO: **01.122.0122.2181** – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO FUNCIONAL DA CMM;

16.4. NATUREZA DA DESPESA: **33903912** – LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS;

16.5. FONTE DE RECURSOS: **01500** - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços/Contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela(e) fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que: (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

17.3. A ata de registro de preços ou contrato será assinada(o) por meio de assinatura digital e disponibilizada no site oficial da prefeitura.

17.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços/Contratos quantos forem necessárias(os), com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços e demais condições.

17.5. O preço registrado, quando for o caso, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

17.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

17.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços/contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

18. DAS CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. A(s) licitante(s) vencedora(s) será(ão) convocada(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação.

18.1.1. O prazo para que a(s) licitante(s) mais bem classificada(s) compareçam após ser(em) convocada(s), poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CMM.





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



18.1.2. É facultado a CMM, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (cadastro de reserva) ou para negociar redução de preço, retornar à sessão pública da licitação ou revogar o item específico, respectivo ou a licitação.

18.2. Publicada no Diário Oficial Eletrônico da CMM a Ata de Registro de Preços implicará compromisso de prestação dos serviços nas condições estabelecidas.

18.3. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contada a partir da data de sua assinatura, poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

18.4. A Ata também se encerra com a contratação da totalidade dos itens nela registrados.

18.5. A empresa prestadora ficará obrigada a atender a todos os pedidos de serviço da CMM durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mesmo se a entrega deles decorrente for prevista para data posterior ao seu vencimento.

18.6. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/21 ou em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado.

18.6.1. Na hipótese de elevação do custo dos materiais registrados, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

18.6.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a CMM convocará o(s) prestador(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

18.6.2.1. O(s) fornecedor(es) que não aceitar(em) reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será(ao) liberado(s) do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

18.6.2.2. A ordem de classificação do(s) fornecedor(es) que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará(ao) a classificação original.

18.7. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a CMM poderá:

18.7.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de execução do objeto, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

18.7.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

18.8. Não havendo êxito nas negociações previstas nos itens **18.4.** e **18.5.** (e seus detalhamentos), a CMM deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços ou de item específico da Ata, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18.9. O registro do fornecedor será cancelado quando:

18.9.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

18.9.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

18.9.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

18.9.4. Sofrer sanção prevista no inciso IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/21;

18.10. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens **18.9.1**, **18.9.2** e **18.9.4** será formalizado por despacho da Administração, assegurado o contraditório a ampla defesa.





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



18.11. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

18.11.1. Por razão de interesse público; ou

18.11.2. A pedido do fornecedor.

18.12. Em qualquer das hipóteses mencionadas nos itens anteriores que impliquem a alteração da Ata registrada, concluídos os procedimentos de ajuste, a CMM fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores registrados a nova ordem de classificação.

18.13. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

19. DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1. Os critérios de fiscalização estão previstos no **Item 10** do Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

20.1. As obrigações da Contratada e da Contratante são as estabelecidas nos **Itens 08 e 09** do Termo de Referência.

21. DO PAGAMENTO

21.1. Os critérios acerca do pagamento são as estabelecidas no **Item 11** do Termo de Referência, anexo a este Edital.

22. DOS CRITÉRIOS AMBIENTAIS ADOTADOS

22.1. Os serviços a serem executados deverão obedecer às normas e especificações da ABNT, INMETRO, Normas da ISO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE no que se refere à qualidade, conforme for aplicável;

22.2. A contratação aqui definida está em conformidade com os critérios de sustentabilidade ambientais que denominam a redução do consumo de materiais e a análise do ciclo de vida dos produtos presentes, todos devidamente motivados para seu uso racional e conciso, conforme previsto nas boas práticas de contratações públicas.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Em caso de descumprimento às regras deste Edital, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, o licitante ou contratado ficará sujeito às penalidades previstas no **Item 14** do Termo de Referência, além do que dispõe os arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2. A impugnação poderá ser realizada, exclusivamente pela forma eletrônica, pelo sistema HABILITANET;

24.3. Caberá ao (a) Pregoeiro (a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação, no prazo de até três dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio
Manaus - AM | 69029-120
Tel.: 3303-2762
www.cmm-am.gov.br





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



ao (a) Pregoeiro (a), exclusivamente pela forma eletrônica, pelo sistema HABILITANET, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

24.6. O (a) Pregoeiro (a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

24.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

25. DA PUBLICIDADE

25.1. O aviso deste pregão será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo Municipal – e-Dolm, nos termos do Decreto Federal nº 10.024/2019, como também, disponibilizado por meio do site: www.licitanet.com.br e publicado no site eletrônico oficial da Câmara Municipal de Manaus: www.cmm.am.gov.br.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á a Ata no sistema eletrônico.

26.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

26.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, **observarão o horário de Brasília – DF.**

26.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o (a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Administração.

26.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.10. Prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, sendo prorrogável na forma da Lei nº 14.133/21.

26.11. Havendo a celebração do contrato, o mesmo poderá ser renovado nos termos do Art. 107,





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



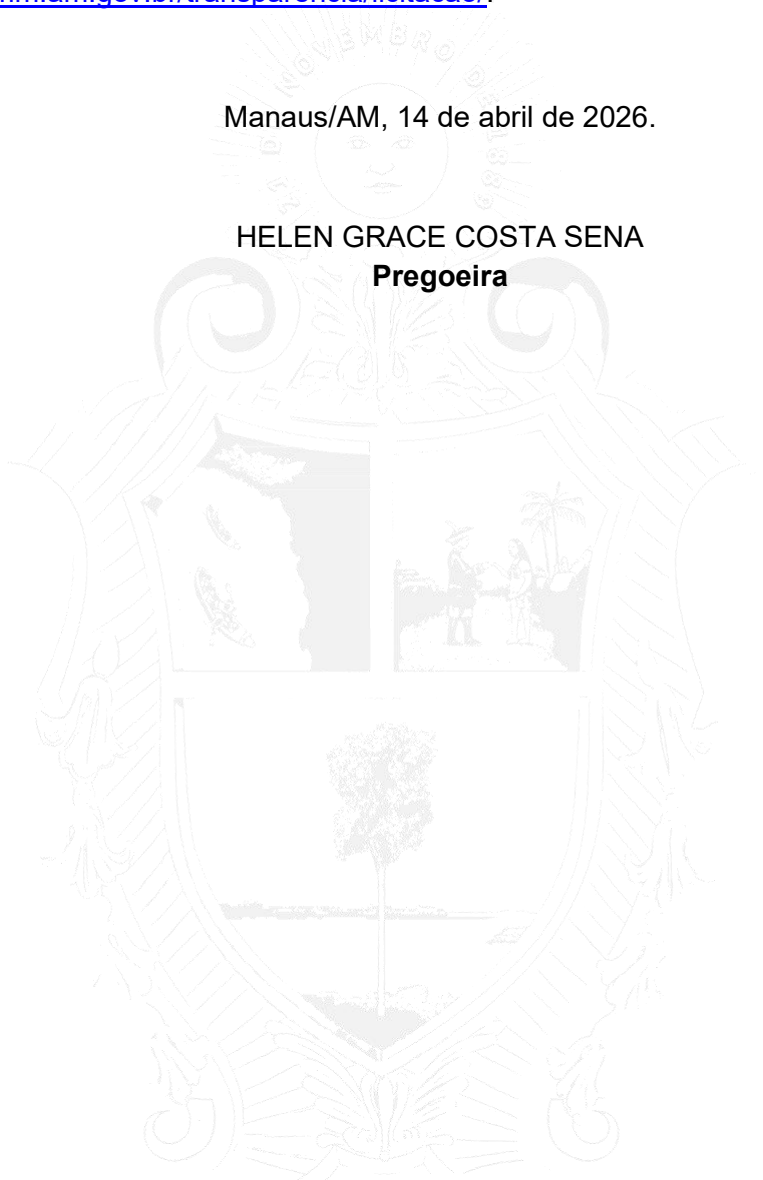
da Lei 14.133/21, “Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.”

26.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.cmm.am.gov.br/transparencia/licitacao/>.

Manaus/AM, 14 de abril de 2026.

HELEN GRACE COSTA SENA
Pregoeira



DIRETORIA GERAL**TERMO DE REFERÊNCIA****1. DADOS DO ÓRGÃO**

Órgão: Câmara Municipal de Manaus – CMM

CNPJ: 04.503.504/0001-85

Presidente: David Valente Reis

Endereço: Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo - CEP: 69027-020

Cidade: Manaus – AM

Fone: 3303-2752

2. OBJETO

2.1. Registro de preço para eventual contratação de empresas especializadas para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TODA INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA DOS SISTEMAS DE TRANSMISSÃO, IRRADIAÇÃO, ESTÚDIO, TORRE, ABRIGO, CLIMATIZAÇÃO, E ENERGIA PARA DIFUNDIR O SINAL DE RÁDIO CÂMARA DE MANAUS NA FREQUÊNCIA DE 105,5 MHz.** para atender as necessidades da Câmara Municipal de Manaus.

3. JUSTIFICATIVA

3.1 Tendo em vista sua meta de estreitamento cada vez maior de relacionamento e de transparência absoluta, a Câmara Municipal de Manaus tem projetado a reestruturação da Rádio Câmara. A sua ativação disponibilizará ao cidadão a transmissão das atividades do legislativo municipal, permitindo-lhe participação e garantindo sua cidadania por meio do acompanhamento das atividades parlamentares realizadas na Casa;

3.2. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de toda infraestrutura necessária dos sistemas de Transmissão, Irradiação, Estúdio, torre, abrigo, climatização e energia para difundir o sinal de Rádio Câmara de Manaus na frequência de 105,5 MHz, se faz necessária para que ela inicie trabalho, dentro de canal FM, dentro dos padrões de qualidade necessários para que o cidadão acompanhe aos trabalhos da Casa de qualquer lugar do Estado;

3.3. A referida locação visa garantir todo o aparato tecnológico e de pessoal com manutenção preventiva e corretiva para que se possa irradiar o sinal de rádio com os trabalhos legislativos, para

DIRETORIA GERAL

as mais diversas áreas da cidade de Manaus.

4. DETALHAMENTO DO OBJETO

Segue abaixo a infraestrutura necessária como equipamentos do sistema de transmissão, irradiantes e de estúdio, CO de fibra ótica apagada, abrigo, torre, climatização e energia para realização da transmissão do sinal via rádio, bem como efetuar toda a revisão, ajuste, calibrações e testes dos equipamentos locados e de todo o sistema de transmissão.

4.1. Dos Equipamentos de Transmissão:

4.1.1 Transmissor para Sinais de Rádio, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: BE, HARRIS, NAUTEL, SERATEL, SINTECK, TELETRONIX, ELENOS, EUROTTEL, MGE, OU SIMILAR:

- a) Faixa de frequência de operação de 87,5 a 108 MHz; Potência de saída de RF em modo analógico de 10,0 kW;
- b) Sintonizado na frequência de 105,5 MHz;
- c) Excitador duplo com chaveamento automático;
- d) Estrutura modular;
- e) Totalmente construído com tecnologia de estado sólido;
- f) Controle automático da potência de saída com base nas condições de VSWR;
- g) Nível de potência de saída ajustável no painel frontal; circuitos de controle e proteção com indicação e registro de falhas;
- h) Medições de tensão, corrente, temperatura e potência dos estágios amplificadores;
- i) Religamento automático, no caso de falta de energia elétrica;
- j) Distribuição de alimentação DC interna em configuração a) 1: 1 com correspondência de, no mínimo, uma fonte de alimentação por gaveta/módulo de potência RF ou b) arranjo de fontes de alimentação em paralelo com correspondência de, no mínimo, uma fonte por bloco de potência RF de 2,5 kW;
- k) Conector de saída de RF flange, padrão eia, 1-5/8" (50 ohms);
- l) Alimentação trifásica de 220 VAC – 60 Hz;
- m) Eficiência energética AC-RF superior a 70%, considerando transmissão FM analógica em potência nominal típica;
- n) Certificado de homologação emitido pela Anatel ou Ministério das Comunicações.

4.1.2. Características do excitador:

- a) Configurado para transmissão em modo analógico;
- b) Geração de frequências por sintetizador programável;
- c) Potência de saída ajustável via controle no painel frontal;
- d) Estabilidade de frequência de +/- 300 Hz, ou melhor;
- e) Resposta de frequência de áudio: +/- 0,5 dB, de 50 Hz a 15 kHz;

DIRETORIA GERAL

- f) Distorção harmônica total, na faixa de 50 Hz a 15 kHz, menor que 0,1%;
- g) Capacidade de modulação mínima de 200 kHz, relativa ao sinal estereofônico;
- h) Atenuação de espúrios e harmônicos de pelo menos 80 dB, relativa a portadora principal;
- i) Nível de ruído de AM menor que 50 dB;
- j) Nível de ruído de FM menor que 60 dB;
- k) Modulação em frequência, direta sobre o canal, sem frequência intermediária;
- l) Entradas de áudio: a) digital padrão AES/EBU com taxas de amostragem de 32 kHz a 96 kHz; b) analógicas L& R e c) sinal composto com nível de entrada de 3,5 Vpp para 100% de modulação;
- m) Entrada para sinais do tipo RDS (Radio Data System).

4.1.3. Acessório(s):

- a) Medidor de potência direcional, para a faixa de frequências de 87,5 - 108 MHz, que possibilite medidas de potências direta e refletida simultaneamente, composto de módulo painel para montagem em rack padrão de 19" (dezenove polegadas), e módulo de seção de linha rígida flangeada, padrão EIA, 1-5/8" (50 Ohms);
- b) Gavetas/módulos amplificadores sobressalentes, acompanhados das respectivas fontes de alimentação, em quantidade cuja soma das potências de saída corresponda à metade da potência nominal do transmissor;
- c) Sistema de telemetria instalado e testado para controle e monitoração baseados em IP via Web Browser;
- d) Bastidor padrão rack 19" (dezenove polegadas) para instalação de equipamentos, equipado com régua de alimentação AC (mínimo de 12 tomadas) instalada na lateral interna, cor e altura compatíveis com os gabinetes do transmissor, painéis cegos que preencham, pelo menos, metade de sua área frontal, fornecido com 5 (cinco) bandejas fixas e 200 (duzentos) parafusos com porca padrão para fixação de equipamentos;
- e) Conjunto de peças e componentes de reposição (Spare Parts kit) recomendados pelo fabricante;
- f) Manuais de instalação, operação e de serviço que contenham a descrição pormenorizada do funcionamento do equipamento, dos procedimentos de alinhamento e manutenção, tabela de defeitos e possíveis soluções, esquema elétrico-eletrônico completo e listagem de componentes e peças;
- g) Calha tipo esteira fabricada em aço galvanizado a fogo, com no mínimo 5cm de altura por 25cm de largura, para sustentação do trecho de linha rígida que interliga o transmissor à chave coaxial;
- h) Todo o material necessário à completa instalação do transmissor e sua interligação à chave

DIRETORIA GERAL

coaxial, incluindo trechos de linha rígida, eletrocalha para passagem de cabos entre transmissor e rack de equipamentos, conectores, joelhos, luvas, abraçadeiras, suportes de fixação, cabos elétricos para ligação do transmissor ao quadro geral de distribuição, dentre outros. Quantidade: 01

4.1.4. Carga Resistiva para Teste de Transmissores, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: BIRD, ALTRONICS, OU SIMILAR:

- a) Capacidade para suportar potência de 15 kW;
- b) Operação na faixa de FM (87,5 a 108 MHz);
- c) Sistema de refrigeração a ar e/ou líquido com ventilação forçada;
- d) Impedância de entrada de 50 Ohms;
- e) Conexão tipo flange padrão EIA, diâmetro de 1-5/8";
- f) Gabinete metálico para possibilitar o aterramento;
- g) Tensão de alimentação de 110/220 VAC – 60 Hz.
- h) Unidade: Unidade
- i) Quantidade: 01

4.1.5. Chave Coaxial de RF, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: MECTRÔNICA, DIELECTRIC, OU SIMILAR.:

- a) Portas para conexão de 2(dois) transmissores, 1(uma) carga resistiva e 1(uma) antena;
- b) Capacidade para operar com potência de 15 kW ou superior;
- c) Conector tipo flange padrão eia, diâmetro de 1-5/8";
- d) Impedância de 50 ohms; operação na faixa de FM (87,5 a 108 MHz);
- e) Interlocks de proteção para evitar comutação acidental;
- f) Acionamento manual por alavanca;
- g) Acabamento metálico para possibilitar o aterramento.
- h) Suporte para fixação em parede; manual de operação, instalação e técnico com esquema elétrico-eletrônico.
- i) Quantidade: 01

4.1.6. Monitor de Modulação FM, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: TELETRONIX; TFT; BELAR; AUDEMAT-AZTEC; INOVONICS; BIQUAD, OU SIMILAR:

- a) Para monitoração profissional de sinais de rádio FM estéreo;
- b) Faixa de sintonia de 88 a 108 MHz;
- c) Medições de níveis de modulação dos sinais L, R, L+R e L-R;
- d) Medidores de níveis de modulação, com indicações em escala ou numérica, para modulações na faixa de 5% a 130%;
- e) Índice de modulação de 100% equivalente a desvio de ± 75 kHz na frequência da portadora;
- f) Medições de nível do sinal piloto de 19 kHz e da subportadora de 38 kHz;
- g) Medição do nível de ruído de AM;
- h) Monitoração de picos de modulação positiva e negativa;

DIRETORIA GERAL

- i) Mostrador digital para a frequência da portadora do canal;
- j) Saída de áudio estéreo em nível de linha;
- k) Saída de áudio estéreo para fones de ouvido;
- l) Alimentação: 110/220 Volts.
- m) Necessários para montagem em rack padrão de 19”;
- n) Manuais de operação, instalação e técnico com esquema elétrico-eletrônico.
- o) Unidade: Unidade
- p) Quantidade: 01

4.1.7. Receptor Digital de Sinais de Satélite: MARCA(S) DE REFERÊNCIA:
HARMONIC, ERICSSON; HARRIS, OU SIMILAR.

- a) Padrão profissional;
- b) Suporte aos padrões DVB-S e DVB-S2;
- c) Capaz de decodificar sinais de vídeo nos padrões mpeg-2 e mpeg-4 avc, e sinais de áudio nos padrões mpeg-4 aac e mpeg-1 layer ii;
- d) Sintonia mcpc (“multiple channels per carrier”) e scpc (“single channel per carrier”);
- e) Entrada de rf, com frequência de entrada abrangendo, no mínimo, de 950 MHz a 2050 MHz;
- f) No mínimo 2 (duas) saídas digitais de vídeo padrão SDI, com suporte a áudio embarcado;
- g) No mínimo 2 (duas) saídas digitais de transport stream padrão DVB-ASI;
- h) No mínimo 1 (uma) saída digital de áudio padrão aes/ebu;
- i) Interface ethernet para configuração via web browser;
- j) Capacidade de realizar filtragem de pids;
- k) Para montagem em rack de 19” (dezenove polegadas);
- l) Tensão de alimentação 110/220 VAC, 60 Hz.
- m) Caso o receptor fornecido não possua no mínimo 2 (duas) saídas simultâneas de vídeo SDI e/ou duas saídas ASI, poderá ser fornecido distribuidor externo adicional.
- n) Unidade: Unidade
- o) Quantidade: 01

4.1.8. Antena de Recepção, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: EMBRASAT, ELSYS, CENTURY, OU SIMILAR.

- a) Antena receptora parabólica com refletor sólido parabólico, com: Diâmetro: 3,2 metros, Ferragens de Fixação: Kit chumbadores na base do solo, Alimentador duplo (2 LNB's), Amplificador de baixo ruído: LNB (2 pç), Banda "C" - DRO, 25° K.
- b) Unidade: Unidade
- c) Quantidade: 01

DIRETORIA GERAL**4.1.9. Amplificador e Monitor de Áudio, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: FOSTEX, WOHLER, OU SIMILAR.**

- a) Entradas balanceadas de áudio analógico em conector XLR e/ou TS;
- b) Entrada de áudio digital AES/EBU, em conector BNC e/ou XLR;
- c) Resposta em frequência mínima de 80 Hz a 16 KHz;
- d) Monitoração de nível de áudio via VU em barra de LED's ou painel de LCD;
- e) Saída para fone de ouvido com ajuste de volume;
- f) Alto-falantes embutidos;
- g) Gabinete padrão rack de 19";
- h) Tensão de alimentação 110/220 VAC, 60 Hz.
- i) Unidade: Unidade
- j) Quantidade: 01

4.1.10. Chaveador de Áudio, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: BROADCAST TOOLS (SENTINEL 4), DEVA OU SIMILAR.:

- a) Para uso em aplicações profissionais de comutação de áudio digital via web;
- b) Mínimo de 02(duas) entradas padrão AES digitais;
- c) Possibilidade de ser controlado e monitorado remotamente e / ou localmente por qualquer rede IP;
- d) Notificação por e-mail para alertar quando alarmes forem detectados;
- e) Possibilidade de ativar efeito sonoro para reprodução no alto falante do PC quando é gerado um alarme;
- f) Saída AES ativa monitorada para estado de atividade, podendo ser configurada para alternar para fonte de backup definida caso a fonte selecionada falhe;
- g) Registro do status do sistema, juntamente com o id do site, enviados por e-mail em intervalos de tempo previamente definidos;
- h) Suporte para SNMP;
- i) Indicadores de canal ativo no painel frontal;
- j) Interface de comando de controle TCP;
- k) Possibilidade de seleção da fonte que estará ativa no momento da inicialização, incluindo a última fonte selecionada; compatível com protocolos IP, TCP, UDP e SNMP;



DIRETORIA GERAL

- l) Interface LAN / Ethernet RJ-45, 10 / 100 Base-T;
- m) Totalmente protegido contra interferência eletromagnética;
- n) Tensão de alimentação 110/220 VAC, 60 Hz.
- o) Unidade: unidade
- p) Quantidade: 01

4.1.11.No Break de 30 KVA, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: NOBREAK
SMS, ENGETRON, APC, OU SIMILAR:

- a) Potência saída: 30 kva;
- b) Forma onda: senoidal pura;
- c) Tensão entrada: 115/220v (bivolt automática);
- d) Tensão saída: 115-127v; regulação saída: <4% (dinâmica) e ±1% (estática);
- e) Frequência saída: 60hz (±0,5%);
- f) Fator potência: maior que 0,94;
- g) Autonomia: 30 minutos;
- h) Micro processado com rendimento a plena carga em 90%;
- i) Unidade: Unidade
- j) Quantidade: 01

4.1.12. Instalações dos Equipamentos de Transmissão:

- a) Serviço de instalação e ativação dos equipamentos que se destinam ao Sistema de Transmissão da Rádio Câmara FM:
- b) 01 (um) transmissor para sinais de rádio;
- c) 01 (uma) carga resistiva para teste de transmissores;
- d) 01(uma) chave coaxial de RF;
- e) 01(um) monitor de modulação;
- f) 01(um) receptor digital de sinais de satélite DVB-S/S2;
- g) 01 (uma) antena parabólica para recepção de sinais satélite;
- h) 01 (um) amplificador e monitor de áudio;
- i) 01 (um) chaveador de áudio;
- j) 01 (01) no break de 30kva.
- k) Unidade: Serviço

DIRETORIA GERAL

l) Quantidade: 01

Dos Equipamentos do Sistema Irradiante

4.2. Antena de Transmissão, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: MECTRÔNICA, IDEAL, DIELECTRIC, KATHREIN E JAMPRO, OU SIMILAR.:

- a) Tipo conjunto, composta de 4 elementos com refletor;
- b) Ganho mínimo de 3,1 +/- 0,5 dBd na frequência de operação;
- c) Polarização circular;
- d) Diagrama de irradiação omnidirecional, circularidade máxima de ± 3 dB;
- e) Capacidade para suportar potências de, no mínimo, 10 kW;
- f) Impedância de entrada de 50 Ohms;
- g) Perda de retorno mínima de 26 dB;
- h) Sintonizada na frequência de 105,5 MHz;
- i) Preenchimento de nulos proposto conforme análise prévia das características elétricas e mecânicas da antena e da região a ser atendida;
- j) Conector de entrada com flange padrão EIA 1-5/8";
- k) Elementos pressurizados;
- l) Montagem em lateral de torre.
- m) Unidade: Unidade
- n) Quantidade: 01

4.2.1. Linha de Transmissão, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: RFS, ANDREW, OU SIMILAR.:

- a) Diâmetro externo nominal de 1-5/8" (polegadas);
- b) Condutor interno e externo fabricados em cobre corrugado;
- c) Dielétrico de ar entre condutores com separadores fabricados em teflon ou polietileno;
- d) Isolamento protetor externo fabricado em polietileno de pelo menos 2mm de espessura;
- e) Impedância característica de 50 ohms;
- f) Atenuação máxima admissível de 1,0 dB/100m na faixa de frequências de 88 a 108 MHz;
- g) Conectores com flange padrão eia, 1-5/8", pressurizáveis tipo gas stop.
- h) Acessório(s):
- i) Todo o material necessário ao aterramento e à fixação na estrutura da torre de transmissão e sua interligação com transmissor ou chave coaxial, incluindo trechos de linha rígida,



DIRETORIA GERAL

conectores, curvas, luvas, abraçadeiras, suportes de fixação, dentre outros;

- j) Calha tipo esteira fabricada em aço galvanizado a fogo com no mínimo de 5 cm de altura por 35 cm de largura, para sustentação da linha de transmissão, interligando o transmissor ao leito de subida da torre de transmissão.
- k) Unidade: metro
- l) Quantidade: 125

4.2.2. Pressurizador para Linha de Transmissão, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: RFS, ANDREW, DIELECTRIC, OU SIMILAR.:

- a) Compressor com vazão mínima de 5 L/min;
- b) Pressão de saída ajustável entre 2 psi e 5 psi, ou faixa mais ampla contendo esse intervalo;
- c) Mostrador indicador de pressão de trabalho;
- d) Controle automático dos níveis mínimo e máximo de pressurização;
- e) Sistema desidratador autônomo, livre de qualquer intervenção manual para a continuidade de seu funcionamento normal, com processo de secagem do ar à base de membrana ou de cilindro ativo de peneira molecular com reativação automática do dessecante;
- f) Tensão de alimentação 110/ 220 VAC - 60 Hz.
- g) Unidade: Unidade
- h) Quantidade: 01

4.2.3. Instalações dos Equipamentos do Sistema Irradiante:

- a) Serviço de instalação e ativação dos equipamentos que se destinam ao Sistema Irradiante da Rádio Câmara FM:
- b) 01 (uma) Antena de Transmissão;
- c) 125 (cento e vinte cinco) metros de Linha de Transmissão;
- d) 01 (um) Pressurizador para Linha de Transmissão.
- e) Unidade: Serviço
- f) Quantidade: 01

Dos Equipamentos Estúdio

4.3. Microfone Dinâmico Cardioide, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: SENNHEISER; SHURE; ELECTRO VOICE, AUDIOTECHNICA OU SIMILAR.:

- a) Microfone de mão dinâmico cardioide para fala e vocais. Conector XLR-3;

DIRETORIA GERAL

- b) Sem chave de liga e desliga;
- c) Frequência de resposta de 40 a 16000 Hz;
- d) Confeccionado em Metal;
- e) Peso acima de 297g;
- f) Sensibilidade em campo livre, sem carga (1 kHz) 2,7 mV/Pa ou superior;
- g) Impedância nominal 350 Ohms ou 310 Ohms;
- h) Deve vir acompanhado de cachimbo da mesma marca do microfone.
- i) Unidade: Unidade
- j) Quantidade: 04

4.3.1. Suporte Articulado com Led para Microfone, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: MIKA YELLOWTEC; AUDÍVE; BIQUAD, OU SIMILAR:

- a) Suporte Articulado para Microfone de Estúdio tubular com sinal “On-Air” no topo do microfone, apresentando as seguintes características:
- b) Nas cores Alumínio e/ou Grafite;
- c) Sinal “On-Air”;
- d) Construído em alumínio com sistema de molas interno que permite movimentos suaves;
- e) Que suporte microfones de até 2 kg;
- f) Sistema de passagens dos cabos por dentro da tubulação; tamanho pequeno (50 cm);
- g) Que acompanhando Kit de Instalação – “bushing” , para fixação em mesa.
- h) Unidade: Unidade
- i) Quantidade: 04

4.3.2. Fone de Ouvido, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: AUDIOTECHNICA, SONY, SENNHEISER, OU SIMILAR.:

- a) Fone com tiara para acomodar na cabeça e cobertura de orelha com almofadas do tipo over EAR;
- b) Transdutor via imã de neodímio dinâmico;
- c) Tamanho do driver de 40 a 45mm;
- d) Abranger a faixa de 15 Hz a 25 kHz;
- e) Sensibilidade mínima 99 dB a 1 kHz;

DIRETORIA GERAL

- f) Potencia de entrada pelo menos 1000 mW;
- g) Peso até 380g;
- h) Conector de 3,5mm (1/8);
- i) Acompanhar adaptadores para P2/P10 ou cabo extra;
- j) Comprimento do cabo mínimo 3m;
- k) Cabo destacável do fone;
- l) Acompanhar bolsa para proteção;
- m) Orelhas articuladas para minimizar espaço ocupado quando não utilizado;
- n) Cor solida simples.
- o) Unidade: Unidade
- p) Quantidade: 05

4.3.3. Monitor de Áudio Bi Amplificado, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: YAMAHA, JBL, SONY, PHILCO, OU SIMILAR.:

- a) Caixa de som ativa para referência de áudio profissional;
- b) Tipo de Sistema 2-Way Bi - Amped alimentado Monitor de estúdio;
- c) Resposta de Frequência 54 Hz a 30khz;
- d) Crossover Frequência 2khz. Transdutor LF: 5 "(127 mm) Cone. HF: 1 "(25 mm) dome;
- e) Potência de saída Total: 70 W;
- f) Sensibilidade de entrada -10 dBu / 10 kW. Entradas 1x balanceada XLR3-31 Tipo 1 x 1/4 "(6,35 mm) balanceadas;
- g) Controles Controle de Nível (4 dB / Centro Click);
- h) EQ: Interruptor de Compensação alta (+ / - 2 dB @ HF);
- i) Quarto interruptor de controle (0, -2, -4 dB em 500 Hz);
- j) Indicadores 1x Power On, White LED. Recinto Tipo: Bass-Reflex. Igual ou similar ao Monitor de Referência definido;
- k) Deve ser fornecido com suportes para parede, cabos e acessórios necessários.
- l) Unidade: Unidade
- m) Quantidade: 02

4.3.4. Híbrida Digital VOIP para 2 Linhas, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: COMREX, AEQ, SOLYDINE, JK ÁUDIO, MBIT, OU SIMILAR:

DIRETORIA GERAL

- a) Controle de chamadas VoIP simples de duas linhas
- b) Resposta automática e conferência;
- c) Duas entradas de linha XLR fêmea e duas saídas de linha macho XLR;
- d) Conexões de LAN, USB e controle remoto;
- e) Alimentação 110V/220V;
- f) Unidade: Unidade
- g) Quantidade: 01

4.3.5. Distribuidor de Áudio, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: BEHRINGER, AUDÍVI, KRAMER, ROLLS, OU SIMILAR.:

- a) Distribuidor de áudio com 8 entradas e duas saídas ou 2 entradas e 8 saídas;
- b) Estrada s: 8 in/2 out line mixer, 2 in/8 out line splitter;
- c) Utilizável como amplificador nivelador 6 in/ 6 out ou como caixa de injeção direta;
- d) Conversão de níveis entre -10 dBv e +4 dBu;
- e) Largura de banda de 5 Hz a 200 kHz.
- f) Unidade: Unidade
- g) Quantidade: 01

4.3.6. Receptor Sintonizador de AM/FM Streaming, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: DENON, ROLLS, INOVONICS, OU SIMILAR.:

- a) Receptor com as características mínimas;
- b) Sintonizador FM;
- c) 250 memórias de estações;
- d) Suporte de internet radio/streaming;
- e) 01 porta entrada USB;
- f) Suporte a MP3 e WMA;
- g) Fixável em 1UR;
- h) Acompanhar antena;
- i) Alimentação bivolt automática.
- j) Unidade: Unidade
- k) Quantidade: 01

DIRETORIA GERAL

4.3.7. Amplificador de Fones, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: BEHRINGER, ARCANO; HAE 4 STÚDIO, OU SIMILAR.:

- a) Amplificador de fone de ouvido com as seguintes características mínimas:
- b) 04 canais estéreo independentes em uma unidade rack;
- c) Equalização de 02 bandas por canal;
- d) Entrada estéreo MAIN IN, com filtro HF, servo balanceada;
- e) Conectores XLR e 1/4' TRS;
- f) Nível máximo de entrada 16 dBu;
- g) Impedância de entrada balanceada 40 k Ohms e desbalanceada 30 k Ohms;
- h) 01 entrada estéreo DIRECT IN, conector 1/4' TRS (estéreo), impedância de 15 k Ohms;
- i) 01 entrada estéreo AUX IN em cada canal 2 saídas estéreo para fones de ouvido por canal com impedância total mínima de 8 Ohms por canal;
- j) Botão mono/estereo por canal Medidor do nível de saída com 8 leds por canal Nível máximo de saída +24dbm em 100 Ohms / +21 dBm em 8 Ohms;
- k) Resposta de frequência de 10 Hz a 150 kHz +/- 3 dB Alimentação 127 V.
- l) Unidade: Unidade
- m) Quantidade: 01

4.3.8. Console de Áudio, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: OASIS, AUDIOARTS, SCALA, OU SIMILAR:

- a) Console de áudio com as seguintes características mínimas:
- b) 12 entradas amplificadas selecionáveis entre microfone e linha;
- c) 04 entradas USB selecionáveis e como entrada de linha;
- d) Suporte a híbrida tipo VOIP integrada;
- e) Medidor de VU Master integrados
- f) Deve ser controlável via software;
- g) Deve possuir GPIO;
- h) Desenvolvida para uso ON AIR;
- i) Relé de comutação para sinalização (NO AR);
- j) Volume controla por VCA (automático);



DIRETORIA GERAL

- k) Deve possuir saída de CUE e AUDIÇÃO;
- l) Unidade: Unidade
- m) Quantidade: 01

4.3.9. Processador de Áudio Digital, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: ORBAN; VORSIS; AUDEMAT-AZTEC; OMNIA, OU SIMILAR:

- a) Gerador de estéreo integrado;
- b) Entradas de áudio digital padrão AES/EBU, com taxas de amostragem de 32 kHz a 96 kHz, terminadas em conectores XLR-3;
- c) Entradas de áudio analógicas L& R com nível ajustável, terminadas em conectores XLR-3;
- d) Entradas SCA analógicas com nível ajustável;
- e) Saídas de sinal FM composto com nível ajustável, terminadas em conector tipo BNC;
- f) Resposta de frequência de áudio de 50 a 15.000Hz, dentro de _ 3db, seguindo a curva padrão de 75 microssegundos (ou 50 microssegundos) de pré-enfase;
- g) Estágios de controle automático de ganho (AGC) e de limitador atuantes em, pelo menos, 03 bandas (graves, médios e agudos), com limiares de operação, tempos de ataque e de recuperação ajustáveis individualmente e em conjunto;
- h) Limitador de picos / clipper final atuando em toda a faixa de frequências (multi banda), com controle de nível ajustável;
- i) Frequência piloto (19 kHz) do estágio gerador de estéreo com estabilidade de 1 Hz, ou melhor.
- j) Unidade: Unidade
- k) Quantidade: 01

4.3.10. Monitor de Áudio Digital AES/EBU 1UR, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: ORBAN; VORSIS; AUDEMAT-AZTEC; OMNIA, OU SIMILAR:

- a) Monitor de Áudio;
- b) Montável em rack;
- c) Ocupa 1UR;
- d) Alto falantes stereo de 10W cada;
- e) Entrada analógica via XLR e Digital AES EBU;



DIRETORIA GERAL

- f) Opção MUTE;
- g) Visor LED com ajuste de brilho;
- h) Medidor VU;
- i) Impedância 08 Ohms;
- j) Saída SPL 84db/W (1m);
- k) Resposta de frequência 200hz até 20khz;
- l) Barulho residual -50db ou menor;
- m) Conexão para fones de ouvido;
- n) Bivolt automático AC 100v até 240V 50/60 Hz;
- o) Consumo de até 10 W.
- p) Unidade: Unidade
- q) Quantidade: 01

4.3.11. Computador para Payout, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: INFO STORE, AMAZON PRINT, PCI INFORMÁTICA, OU SIMILAR.:

- a) Computador Desktop;
- b) Gabinete ATX;
- c) Placa mãe para processador I7, 11ª Geração;
- d) 16 (dezesesseis) GB Memória DDR4 4266mhz;
- e) Processador I7, 11ª Geração 5.0 GHz;
- f) HD 2TB para armazenamento;
- g) HD SSD, Sata 500 GB plus, para iniciar sistema;
- h) Gravador de DVD;
- i) Placa de vídeo com Saída HDMI;
- j) 02 Monitores Widescreen Com Tecnologia Led 18.5 polegadas;
- k) Kit de Acessórios Mouse, Teclado.
- l) Fonte ATX de 600 W;
- m) Placa de áudio de 08 (oito) canais.
- n) Unidade: Unidade
- o) Quantidade: 01

4.3.12. Computador para Censura e geração rádio Web, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: INFO

DIRETORIA GERAL

STORE, AMAZON PRINT, PCI INFORMÁTICA, OU SIMILAR:

- a) Computador Desktop;
- b) Gabinete ATX;
- c) Placa mãe para processador I7, 11ª Geração;
- d) 8 (oito) GB Memória DDR4 4266mhz;
- e) Processador I3, 4ª Geração 5.0 GHz;
- f) HD 1TB para armazenamento;
- g) Gravador de DVD;
- h) Placa de vídeo com Saída HDMI;
- i) Monitor Widescreen Com Tecnologia Led 18.5 polegadas;
- j) Kit de Acessórios Mouse, Teclado.
- k) Fonte ATX de 600 W;
- l) Placa de áudio de 08 (oito) canais.
- m) Unidade: Unidade
- n) Quantidade: 01

4.3.13. Computador para gravação e uso geral, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: INFO STORE, AMAZON PRINT, PCI INFORMÁTICA, OU SIMILAR:

- a) Computador Desktop;
- b) Gabinete ATX;
- c) Placa mãe para processador I7, 11ª Geração;
- d) 08 (oito) GB Memória DDR4 4266mhz;
- e) Processador I7, 11ª Geração 5.0 GHz;
- f) HD 2TB para armazenamento;
- g) Gravador de DVD;
- h) Placa de vídeo com Saída HDMI;
- i) Monitor Widescreen Com Tecnologia Led 18.5 polegadas;
- j) Kit de Acessórios Mouse, Teclado.
- k) Fonte ATX de 600 W;
- l) Placa de áudio de 08 (oito) canais.
- m) Unidade: Unidade
- n) Quantidade: 01

DIRETORIA GERAL

4.3.14. Software para Playout, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: PULSAR; DIGIRÁDIO, OMEGA SISTEMAS, PLAYLIST SOLUTIONS, OU SIMILAR:

- a)** Software de Automação para rádio;
- b)** Permite o operador gerenciar com grande facilidade todos os processos de controle, produção e reprodução de uma emissora;
- c)** Aplicativo para Roteiro Comercial e Gestor Financeiro: Automatizar operações e criar uma visão ampla de todo o processo de programação e faturamento de contrato comercial;
- d)** Características: ambiente intuitivo, segurança, e muita precisão no resultado final dos trabalhos;
- e)** Integrar todas as demais atividades de uma rádio, como atendimento de ouvintes, CRM de vendas, jornalismo, gravador de censura, RDS, FTP, entre outros;
- f)** Oferecer 02 (dois) Players de Áudio de automação para rádio;
- g)** 07 (sete) canais de saída de áudio (03 para músicas + 1 para vinhetas + 1 para escuta + 2 para personificar) e foi projetado para proporcionar maior dinamismo na programação e mais mobilidade ao locutor para execução das mixagens.
- h)** Unidade: Unidade
- i)** Quantidade: 01

4.3.15. Software para Censura, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: PULSAR, DIGIRADIO, OMEGA SISTEMAS, PLAYLIST SOLUTIONS OU SIMILAR:

- a)** Software para gravação de censura;
- b)** Deve permitir gravação mínima de 30 dias da programação do ar;
- c)** Permitir consulta por data e horário;
- d)** Permite a reprodução das gravações via rede, ou mesmo na própria máquina sem que as gravações sejam interrompidas;
- e)** Controla automaticamente o período de gravação para que não haja esgotamento de espaço do HD;
- f)** Com uma única placa de áudio simples, gravar duas emissoras separando os arquivos de cada uma delas em pastas independentes;
- g)** Possuir Codecs licenciados como Mp3, Mp4, AAC, Wma, Wav e outros, para se ter

DIRETORIA GERAL

legalização e qualidade dos arquivos gerados;

- h) Gravar um programa ao vivo de 3 horas, por exemplo, com diferentes qualidades de áudio, ao mesmo tempo, para serem utilizadas em diferentes situações: áudio para censura (menor qualidade), mas também para exibi-lo em outro horário (alta qualidade);
- i) Recurso de Agendamento de Gravação: agendar diversos programas, horários, períodos para serem gravados de acordo com a necessidade da emissora;
- j) Proteção das configurações através de usuário e senha;
- k) Consulta de eventos: poder consultar todos os logs por filtros de período, nome de usuário e nome de evento;
- l) Relatório de eventos;
- m) Localizar faixas horárias: Delimitar períodos, mesmo que sejam compostos por diversos pequenos arquivos.
- n) Unidade: Unidade
- o) Quantidade: 01

4.3.16. Conversor de Fibra Óptica:

- a) Entradas físicas: RJ-45 (Auto-MDI/MDI-X) Fibra Optic: tipo SFP;
- b) Indicadores: 1 x Power LED 1 x Link/ativo Status para porta Ethernet 1 x FD/COL LED para porta Ethernet;
- c) Velocidade máxima: Full Duplex: 2000 Mbps para 1000 Base-Tx/Fx Half Duplex: 1000 Mbps para 1000 Base-Tx/Fx;
- d) Modos de operação: Full ou Half-duplex;
- e) Alimentação: AC 100-240 V 50/60 Hz automático;
- f) Consumo: 1,85W;
- g) Temperatura de operação: 0 a 50°C;
- h) Suportar todos os SFP padrão.
- i) Unidade: Unidade
- j) Quantidade: 04

4.3.17. Codec de Áudio portátil para transmissão remota ao vivo para rádio:

- a) 2 entradas de microfone, ajuste de nível de microfone / linha XLR/P10;



DIRETORIA GERAL

- b) Alimentação fantasma de 48V;
- c) 1 nível de linha de entrada analógica ou estéreo AES / EBU;
- d) 2 saídas de fone de ouvido, barramento de mix individual em cada saída;
- e) 2 portas Ethernet Gigabit para fluxos EBU / ACIP e AES67audio
- f) Codec formato AAC, OPUS, MPEG, G711, G722;
- g) 1 módulo wifi / bluetooth de banda dupla integrado;
- h) 2 módulos 4G/5G / LTE integrados;
- i) 2 portas USB A para arquivos 1 porta USB C para transmitir áudio para PC;
- j) Redundância de fluxos de áudio em redes IP disponíveis (Ethernet, WiFi, 4G / LTE, 3G);
- k) Codificação: G711 / G722, MPEG-1/2 Camada II, MPEG-4 AAC-LC, AAC-LD / ELD, HE-AACv1 / v2, Opus;
- l) Autonomia de até 8 horas com 2 baterias internas (2 pacotes de íons de lítio, 6,4 Ah);
- m) Unidade: Unidade;
- n) Quantidade: 01

4.3.18. Codec de Áudio:

- a) Codec de áudio Full Duplex de designe compacto;
- b) Permitir conexão em Stereo;
- c) Permitir controle via computador através de software local e remoto;
- d) Montagem em rack 19 polegadas;
- e) Codec formato AAC, OPUS, MPEG, G711, G722;
- f) Saídas XLR, ethernet, USB. Alimentação bivolt automático;
- g) Alimentação: 110-240V AC, 50-60Hz. 8.5 w;
- h) Ventilação silenciosa.
- i) Unidade: Unidade
- j) Quantidade: 02

4.3.19. Relógio digital LED de parede:

- a) Hora, Data, Dia da Semana e Temperatura Montagem em rack 19 polegadas;
- b) Dia da semana em português Números grandes de fácil visualização;
- c) Não perde a memória quando acaba a energia;
- d) 1 Fonte Bivolt 110V / 220V;



DIRETORIA GERAL

e) Unidade: Unidade;

f) Quantidade: 02

4.320. Placa luminosa de LED “NO AR” para entrada de estúdio de gravação/vivo:

a) Placa led com sinalização no ar de acrílico transparente;

b) Permite acionamento pelo console de áudio (tally) de forma automática;

c) 1 Fonte Bivolt 110V / 220V;

d) Unidade: Unidade;

e) Quantidade: 02

4.321. No Break de 3,2 KVA, MARCA(S) DE REFERÊNCIA: NOBREAK SMS, ENGETRON, APC, OU SIMILAR:

k) Potência saída: 3,2 kva;

l) Forma onda: senoidal pura;

m) Tensão entrada: 115/220v (bivolt automática);

n) Tensão saída: 115-127v; regulação saída: <4% (dinâmica) e ±1% (estática);

o) Frequência saída: 60hz (±0,5%);

p) Fator potência: 0,8;

q) Autonomia: 40 a 50 minutos com 50% de carga;

r) Micro processado com rendimento a plena carga em 90%;

s) Saída para comunicação inteligente interface rs-232, rs-485 e rj 45;

t) Função shutdown e restore e condição de operação do nobreak;

u) Alarmes audiovisuais (sonoro e leds);

v) Função mute;

w) Compatível com geradores de energia;

x) Inversor sincronizado com a rede (sistema pll);

y) Recarga automática das baterias;

z) Conexão para baterias externas para expansão da autonomia;

aa) Permite ser ligado na ausência de rede elétrica; bb)

Transformador isolador (isolação galvânica); cc) Bypass automático e bypass manual;

dd) Tempo de transferência zero;

ee) Tempo de recarga das baterias internas em 10 horas;

DIRETORIA GERAL

ff) Proteção sobrecarga: 15 minutos (100 a 120%), 15 segundos (120 a 150%) e bypass imediato (acima de 150%);

gg) N° tomadas/saída: 6.

hh) Unidade: Unidade

ii) Quantidade: 01

4.3.22. Instalações dos Equipamentos de Estúdio:

- a)** 04 (quatro) Microfone Dinâmico Cardioide;
- b)** 04 (quatro) Suporte Articulado com Led para Microfone;
- c)** 04 (quatro) Fone de Ouvido;
- d)** 02 (dois) Monitor de Áudio Bi Amplificado;
- e)** 01(uma) Híbrida Digital VOIP p/2 Linhas;
- f)** 01 (um) Distribuidor de Áudio;
- g)** 01 (um) Receptor Sintonizador de AM/FM Streaming;
- h)** 01 (um) Amplificador de Fones;
- i)** 01 (um) Console de Áudio;
- j)** 01 (um) Processador de Áudio Digital;
- k)** 01 (um) Monitor de Áudio Digital AES/EBU 1UR;
- l)** 01 (um) Computador para Playout;
- m)** 01 (um) Computador para Censura;
- n)** 01 (um) Computador para gravação e uso geral;
- o)** 01 (um) Software para Playout;
- p)** 01 (um) Software para Censura;
- q)** 04 (quatro) Conversor de Fibra Óptica;
- r)** 02 (dois) Codec de Áudio;
- s)** 01 (um) Material de Instalação dos Equipamentos de Estúdio;
- t)** 01 (um) No Break de 3.2 KVA.
- u)** Unidade: Serviço
- v)** Quantidade: 01

4.3.23. Material de Instalação dos Equipamentos de Estúdio:

4.3.24. Todo o material necessário à completa instalação dos equipamentos do estúdio, conectores XLR Fêmea, conectores XLR Macho, Cabo de Áudio estéreo blindado, Multicabo de 24 vias, cabos HDMI, fitas para identificação dos cabos, régua de tomadas de energia; 04 (quatro) pares de cordões de fibra óptica de terminação FC (equipamento) e SC (emenda fibra) de comprimento 1,5 metros cada um, serão fornecidos pela Contratada.

4.4. Estrutura de Fibra Óptica:

a) Estrutura de 02 (dois) Link de Fibra Óptica para interligar o Estúdio da Rádio Câmara e Centro de Transmissão.

b) Unidade: Serviço

c) Quantidade: 15 km

4.5. Deslocamento e Frete

DIRETORIA GERAL

a) Deslocamento e frete dos equipamentos em Geral.

b) Unidade: Serviço

c) Quantidade: 01

4.6 Os itens abaixo relacionados, à instalação dos equipamentos, deverão ser computados na proposta comercial apenas na primeira parcela de locação, ou seja, o valor da instalação deverá ser contabilizado apenas na primeira parcela do contrato.

a) **4.1.11. Instalações dos Equipamentos de Transmissão;**

b) **4.2.3. Instalações dos Equipamentos do Sistema Irradiante;**

c) **4.3.19. Instalações dos Equipamentos de Estúdio.**

4.7.DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.7.1. A Contratada fornecerá toda infraestrutura de torre, abrigo, climatização e sistema de energia, para instalação dos equipamentos de transmissão da Rádio Câmara de Manaus;

4.7.2. A Contratada realizará os serviços através de engenheiro(s) ou técnico(s) especializado(s) em sistemas de transmissão de sinais de Rádio FM;

4.7.3. A Contratada deverá efetuar revisão, ajustes, calibrações e testes dos equipamentos e de todo o sistema para transmissão da Rádio Câmara;

4.7.4. A Contratada deverá realizar a manutenção corretiva dos equipamentos, que deve ser acionada sempre que a situação assim exigir;

4.7.5. A Contratada deverá efetuar manutenção preventiva periodicamente nos equipamentos;

4.7.6. A contratada deverá oferecer treinamento teórico e prático com capacitação dos funcionários da Rádio Câmara para operar o sistema com os novos equipamentos;

4.7.7. A Contratada deverá apresentar os respectivos relatórios técnicos dos serviços prestados, quando da solicitação de pagamento;

4.7.8. Todas as despesas relativas à execução dos serviços, tais como: mão de obra, materiais, administração, equipamentos e ferramentais, deslocamento em geral, fretes, impostos, taxas, encargos sociais, seguros e outros, correrão por conta da Contratada.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. Com vistas ao julgamento das qualificações Técnicas, cada Licitante deverá apresentar:

5.1.1. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando sua capacidade técnica operacional compatíveis com o objeto deste termo de referência, em locação de equipamentos, instalação e manutenção para transmissão de sessões

DIRETORIA GERAL

plenárias ou outras programações de rádio difusão de sons ao vivo;

5.1.2. Contratada deverá ter experiência em geração e transmissão de sinal de rádio difusão de sons ao vivo:

5.1.2.1. O Contrato Social deverá constar atributo relativo(s) à Prestação de Serviço(s) compatível (eis) com o objeto do presente Termo de Referência;

5.2. Os profissionais deverão ter experiência comprovada nas atividades, relativo(s) à Prestação de Serviço(s) compatível (eis) com o objeto do presente Termo de Referência instalação e manutenção para transmissão de sessões plenárias ou outras programações de rádio difusão de sons ao vivo. A comprovação se dará com a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito privado ou público Contratante de serviços já prestados pelo profissional. Para o profissional de Nível superior com formação em Engenharia, a comprovação se dará por meio de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, referente ao serviço compatível (eis) com o objeto do presente Termo de Referência em instalação e manutenção para transmissão de sessões plenárias ou outras programações de rádio difusão de sons.

6. FUNDAMENTO LEGAL

6.1. Lei Federal n. 14.133, de 01/04/2021, que substituiu a Lei 8.666/93, e instituiu um novo regramento sobre licitações e contratos administrativos;

6.2. Decreto Municipal n. 7.769 de 11/02/2005, que regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

6.3. Ato da Presidência n. 011/2024-GP/DG, de 04/01/2024, que estabelece, no âmbito da Administração Pública do Poder Legislativo Municipal, a regulamentação da Lei Federal n. 14.133/21, que regem as normas gerais de licitações e contratos administrativos.

7. PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O prazo do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 120 (cento e vinte) meses, mediante Termos Aditivos, desde que obedecidas às disposições constantes, Lei Federal n. 14.133, de 01/04/2021, que substituiu a Lei 8.666/93.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A **CONTRATADA** compromete-se e obriga-se a cumprir o estabelecido neste Termo de Referência;

8.2 Responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto deste Termo de Referência, nos termos da legislação vigente;

DIRETORIA GERAL

- 8.3** A **CONTRATADA** será responsável pela observância de toda legislação pertinente direta ou indiretamente aplicável ao objeto deste Termo de Referência;
- 8.4** Manter, durante a execução do objeto deste Termo de Referência, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.5** Executar os serviços de acordo com as especificações constantes no detalhamento do objeto, dentro do prazo e local estabelecidos pela **CONTRATANTE**;
- 8.6** Cumprir o disposto na Portaria n. 3214 e seus anexos, do Ministério do Trabalho, no tocante às exigências de segurança e medicina do trabalho;
- 8.7** A Contratada dará suporte técnico, durante o período do contrato, junto ao fabricante dos equipamentos, de forma a assegurar prontamente a assistência técnica, sem nenhum ônus adicional para a Contratante;
- 8.8** A Contratada responderá, durante o período do contrato, por quaisquer procedimentos necessários junto ao fabricante, de forma a assegurar prontamente à contratante assistência técnica e, inclusive, a substituição da(s) peça(s), equipamento(s) caso seja necessário, sem nenhum ônus adicional ao Contratante;
- 8.9** Durante o período do contrato, a Contratada removerá o(s) bem(s) objeto deste termo, ou parte(s) dele, para reparo na assistência técnica autorizada, deixando em substituição outro equipamento de função idêntica ou superior, devendo restituir o original em perfeito estado de funcionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos sem qualquer ônus adicional para o Contratante;
- 8.10** A Contratada deverá substituir o(s) equipamento(s), a parte defeituosa ou as peças defeituosas por novo(s), na ocorrência de 03 (três) ou mais defeitos que comprometam o seu uso normal, dentro do período de 30 (trinta) dias corridos, sem custos adicionais para o Contratante;
- 8.11** Responder, quando solicitado pela Contratante, aos chamados do Fiscal do contrato ou prestar-lhe esclarecimentos;
- 8.12** Credenciar representante da empresa junto à **CONTRATANTE** para gerenciar a execução do serviço contratado e atuar como interlocutor entre as partes;
- 8.13** A **CONTRATADA** é obrigada a conduzir os trabalhos inerentes à prestação dos serviços, objeto desta, de acordo com as normas técnicas da ABNT, em estreita observância

DIRETORIA GERAL

às legislações federal, estadual e municipal, bem como a quaisquer ordens ou determinação do Poder Público, procurando, dentro do possível, conduzir os serviços e o pessoal de modo a formar, perante o público, uma boa imagem da **CONTRATANTE** e da própria **CONTRATADA**;

8.14 A **CONTRATADA** deverá proceder, sempre que solicitada, pela emissão de atestados, declarações, plantas e toda a documentação relativa aos seus equipamentos/serviços para a viabilização dos eventos junto aos órgãos competentes como Corpo de Bombeiros, Manaus Energia entre outros que forem necessários para o fiel cumprimento do contrato;

8.15 A **CONTRATADA** poderá realizar visita no local do evento, previamente agendada com a **CONTRATANTE**, caso entenda ser necessário para a execução do serviço;

8.16 Fica por conta da licitante contratada o fornecimento de mão-de-obra necessária à execução do serviço, não restando nenhuma responsabilidade ao Município por questões trabalhistas, previdenciárias ou outras decorrentes entre a relação da licitante contratada com seus funcionários;

8.17 Acatar as orientações da **CONTRATANTE**, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

8.18 A **CONTRATADA** deverá arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à **CONTRATANTE**;

8.19 A **CONTRATADA** ficará responsável pela alimentação, hospedagem, transporte, demais custos e consectários trabalhistas dos profissionais responsáveis por executar os serviços;

8.20 Entregar os equipamentos devidamente montados, instalados, testados e funcionando adequadamente com fornecimento dos softwares instalados com repasse de tecnologia e treinamento;

8.21 A **CONTRATADA** terá que refazer a própria custa, os serviços de instalação e que foram empregadas técnicas não recomendadas, ou que apresentem vício ou defeitos de execução e ainda todo trabalho considerado inaceitável pela **CONTRATANTE**;

8.22 Cumprir fielmente as cláusulas contratuais e, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, deverá dirimir qualquer dúvida que vier a acontecer atinente a execução do

DIRETORIA GERAL

objeto deste Termo de Referência;

8.23 Fornecer mão-de-obra qualificada, materiais, produtos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários e em quantidade suficiente à plena execução dos serviços e demais atividades correlatas;

8.24 Zelar para que os serviços sejam executados dentro dos padrões de qualidade a ele inerente, incluindo manter o local limpo e sem resíduos gerados pela execução do serviço;

8.25 A execução do serviço deve ser realizada obedecendo a critérios de qualidade, agilidade, pontualidade e segurança de mão-de-obra especializada devidamente uniformizada e utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), prescritos pelas Normas Brasileiras;

8.26 Manter, durante a execução dos serviços os seus empregados uniformizados e devidamente identificados por crachá, quando em trabalho;

8.27 Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**;

8.28 Será obrigação da **CONTRATADA** responsável pela execução dos serviços, manter no local da prestação destes, equipamentos, ferramentas, apetrechos, cabos, acessórios, conexões, equipamentos de segurança, transporte e equipe de trabalho necessário e suficiente, a fim de permitir o bom andamento dos serviços, a guarda, montagem, desmontagem dos itens que compõem a sonorização, dentro do prazo determinado para a sua execução, mantendo um Técnico qualificado para dirigir os serviços;

8.29 A montagem, a guarda, desmontagem, operacionalização e o transporte dos equipamentos são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**;

8.30 A **CONTRATADA** deverá adotar todas as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em razão da execução dos serviços, sendo responsável ainda por qualquer acidente de trabalho que aconteçam com os seus funcionários;

8.31 Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços/entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências pertencentes à Câmara;

8.32 Oferecer Assistência técnica da garantia que consiste na permanência de um responsável técnico no local durante o evento, para reparação das eventuais falhas dos

DIRETORIA GERAL

equipamentos, mediante o conserto e a possível substituição de peças e componentes que se apresentam defeituosos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos;

8.33 Caso as especificações do objeto ou do serviço não sejam compatíveis com as especificações contidas no Termo de Referência, a **CONTRATANTE**, definirá um prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a troca do mesmo ou reparação das inconformidades. Em caso da **CONTRATADA** continuar a apresentar o objeto ou prestar serviço que não esteja em conformidade com as especificações previstas neste termo, o fato será considerado como inexecução total, gerando rescisão da contratação com a consequência aplicação de multa e demais sanções cabíveis.

8.34 Visando contribuir com a política, objetivos e metas ambientais do **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deve atender as diretrizes abaixo relacionadas:

- a) Os funcionários que realizarão atividades nas dependências da contratante devem atender aos treinamentos básicos da Necessidade de Treinamento Operacional - NTO, conforme definição na PP.720 (Competência e conscientização), emitida pelos fiscais do contrato para assegurar sua conscientização nas práticas ambientais internas e prevenção contra incêndio;
- b) Os funcionários da **CONTRATADA** devem atender aos programas de gerenciamento de resíduos interno através da coleta seletiva prevista na IT.810.01 (Coleta Seletiva) e instrução de emergência prevista no PP.820 (Preparação e resposta a emergência) para atividades realizadas nas dependências do **CONTRATANTE**.
- c) Caso os resíduos gerados pelos serviços não seja possível utilizar a coleta seletiva do **CONTRATANTE** (em função do volume ou tipo de resíduos), a **CONTRATADA** é responsável pela destinação e logística de seus resíduos e apresentar o certificado de destinação de resíduos para o fiscal de contrato, até a finalização total do serviço.

8.36. Responsabilizar-se pelo fornecimento de Estrutura de 01 (um) Link de Fibra Óptica, apagada, para interligar Estúdio da Rádio Câmara e Centro de Transmissão.

8.37. A contratada deverá comprovar que possui em seu quadro funcional, um engenheiro de telecomunicação ou engenheiro eletricista com especialização em telecomunicações e um técnico em telecomunicações ou técnico eletricista com ênfase em telecomunicações, com experiência na prestação de Serviços compatíveis com o objeto do presente Termo de Referência;

DIRETORIA GERAL

- 8.38.** A comprovação de vínculo profissional dos funcionários far-se-á com a apresentação de cópia da Carteira de Trabalho em que conste a Licitante como contratante, ou, cópia de contrato de prestação de serviços do profissional detentor do atestado apresentado;
- 8.39.** Declaração indicando o nome, CPF, e número do registro no CREA da região competente, do Responsável Técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto da contratação.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1** Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva entrega do equipamento, por meio de representante especialmente designado (Fiscais do Contrato);
- 9.2** Efetuar os pagamentos correspondentes às faturas emitidas dentro do prazo legal;
- 9.3** Permitir acesso aos funcionários da **CONTRATADA**, desde que devidamente identificados, aos locais onde será executado o objeto deste Termo de Referência;
- 9.4** Prestar a **CONTRATADA** as informações e esclarecimentos de que disponha e eventualmente venham a ser solicitados, bem como indicar com 07 (sete) dias consecutivos de antecedência o horário, a data, os prazos e o local dos eventos, onde os serviços serão prestados;
- 9.5** Tomar as providências necessárias visando facilitar o desempenho dos serviços por parte da **CONTRATADA**;
- 9.6** Prestar aos funcionários da **CONTRATADA** as informações e esclarecimentos de que disponha e que eventualmente venham a ser socializados e indicar as áreas onde os serviços serão executados;
- 9.7** Relacionar-se com a **CONTRATADA** exclusivamente através de pessoa por ela credenciada;
- 9.8** Analisar e atestar os documentos apresentados pela **CONTRATADA**, quando a cobrança pelos serviços prestados. Caso haja incorreção nos documentos recebidos, os mesmos serão devolvidos à **CONTRATADA** para as devidas correções e devolvidos à **CONTRATANTE** para análise, ateste e pagamento;
- 9.9** O acompanhamento e fiscalização do funcionamento das atividades desempenhadas pela **CONTRATADA** passarão pela supervisão das pessoas indicadas pela **CONTRATANTE**, que poderá recusar qualquer tipo de mobiliário/equipamento que não corresponda à

DIRETORIA GERAL

especificação definida neste Termo de Referência;

9.10 Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** que tiver seu preço registrado, quaisquer irregularidades constatadas, solicitando providências para regularização das mesmas.

9.11 Visando contribuir com a política, objetivos e metas ambientais, o **CONTRATANTE**, na pessoa do fiscal do contrato, deve atender as diretrizes abaixo relacionadas:

- a)** Emitir a NTO (Necessidade de Treinamento Operacional) para cada funcionário da **CONTRATADA**, conforme definição na PP.720 (Competência e conscientização), com a finalidade de assegurar sua conscientização nas práticas ambientais internas (coleta seletiva e prevenção contra incêndio).
- b)** Prover treinamento dos procedimentos relacionados na NTO e evidenciar em listas de presença ou documento similar.

10. FISCALIZAÇÃO

10.1 A fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, serão realizados por um responsável designado pela Administração, observando-se as disposições contidas no artigo 140, inciso II, alíneas a e b, da Lei nº. 14.133/21

11. PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da data de apresentação do **Requerimento, Nota Fiscal, Recibo (02 vias), Certidões Negativas atualizadas (FGTS, INSS ou documento equivalente, SEFAZ, Prefeitura de Manaus, Receita Federal e Débitos Trabalhistas), e DAM (Documento de Arrecadação do Município de Manaus) devidamente pagos;**

11.2. Os documentos deverão ser atestados pelo responsável a ser designado pela Administração para o recebimento do objeto;

11.3. A **CONTRATANTE** ficará responsável pelo pagamento do fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

12. LOCAL DO SERVIÇO

12.1 A **CONTRATANTE** será responsável pela definição do local de execução dos serviços deste Termo de Referência, conforme sua necessidade.



DIRETORIA GERAL**13. RESCISÃO CONTRATUAL**

13.1. Por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº. 14.133/21 e §2º do referido artigo;

13.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**;

13.3. Mediante o fim do objeto contratado dos produtos, no momento do recebimento do objeto será verificado se o mesmo está em conformidade com o que foi originalmente solicitado.

14. PENALIDADES E MULTAS

14.1. Serão passíveis de penalidades as seguintes condutas: inexecução na entrega dos materiais, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, divulgação de informações protegidas pelo direito de sigilo da administração pública ou divulgação ou utilização para qualquer fim dos conhecimentos ou informações confidenciais ou qualquer outra informação financeira ou comercial adquirida ou recebida, no âmbito da execução do Contrato sem o consentimento prévio ou por escrito da **CONTRATANTE** e outras relativas a quaisquer cláusulas contratuais;

14.2 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á a percentual de multa a ser estabelecida em edital e a demais sanções de normas que regem a matéria.

15. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01101 -CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS

PROGRAMA DE TRABALHO: 01.122.0122.2181 - CONTRAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO FUNCIONAL DA CMM

NATUREZA DA DESPESA: 33903912- LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

FONTE DE RECURSOS: 01500 – RECURSOS NÃO VÍNCULADOS DE IMPOSTOS

16. VALOR ESTIMADO

16.1. A obtenção de estimativa de valores será através de pesquisa de mercado realizada pelo **Departamento de Cotação e Preços**.



DIRETORIA GERAL

17. ADJUDICAÇÃO

17.1. A adjudicação ocorrerá por **MENOR PREÇO GLOBA EM LOTE ÚNICO**.

18. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

18.1. O cronograma de desembolso dar-se-á conforme medições aprovadas.

18.2. **FORMA DE PAGAMENTO:**

<input checked="" type="checkbox"/>	Mensal	<input type="checkbox"/>	Medição
<input type="checkbox"/>	Bimestral	<input type="checkbox"/>	Trimestral
<input type="checkbox"/>	Semestral	<input type="checkbox"/>	Única e Global

19. PRAZO DE IMPLANTAÇÃO

19.1. O prazo de implantação do projeto será de 60 (sessenta) dias, após assinatura do instrumento contratual.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Fica expressamente estipulado que não se estabelece por força do fornecimento do objeto deste Termo de Referência qualquer relação de emprego entre a **CONTRATANTE** e os empregados da **CONTRATADA**.

21. DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE

21.1 Declaramos que este Termo de Referência está de acordo com a Lei Federal n. 14.133/2021, Decreto Municipal n. 7.769/2005, Ato da Presidência n. 011/2024-GP/DG, de 04/01/2024 e legislação em vigor.

DIRETORIA GERAL

22. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO E SUPERVISÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

22.1 Elaboração:

Nome: **Brenda Souza da Silva**

Cargo/Setor: Coordenadora Administrativa- DIGER

Nome: **Alysson Antonio Karrer de Melo Monteiro**

Cargo/Setor: Coordenador de Gestão Integrada- DIGER

22.2 Supervisão

Nome: **Elane de Souza Alves**

Cargo/Setor: Diretora Geral - DIGER

23. AUTORIZAÇÃO DO PRESIDENTE

Manaus, 28 de Fevereiro de 2025.

DAVID VALENTE REIS

Presidente da Câmara Municipal de Manaus – CMM





PODER LEGISLATIVO

ASSINATURAS DIGITAIS

ELANE DE SOUZA ALVES - 615.354.862-87 - DIRETOR(A) - EM 07/03/2025 15:57:19
ALYSSONN ANTONIO KARRER DE MELO MONTEIRO - 565.681.852-72 - COORDENADOR(A) - CONCORDÂNCIA - EM 07/03/2025 14:58:21
BRENDA SOUZA DA SILVA - 020.890.062-42 - COORDENADOR(A) - EM 07/03/2025 14:57:46
DAVID VALENTE REIS - 509.879.092-15 - PRESIDENTE - EM 07/03/2025 14:51:45





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2026-SRP/CMM

Sessão Pública: 04/05/2026, às 10 horas.

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Nome de Fantasia:					
Razão Social:					
CNPJ:			Optante pelo SIMPLES? (Sim/Não)		
Endereço:					
Bairro:			Cidade:		
CEP:			E-mail:		
Telefone:			Fax:		
Banco:			Conta Bancária:		
Nome e nº da agência bancária:					
OBJETO: Registro de Preço para eventual contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de locação de toda infraestrutura necessária dos sistemas de transmissão, irradiação, estúdio, torre, abrigo, climatização, e energia para difundir o sinal de Rádio Câmara de Manaus na frequência de 105,5 MHz. para atender as necessidades da Câmara Municipal de Manaus, oriundo do Processo Administrativo n.º 2026.10000.10718.0.000753					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Cód. CATSERV: 21750 Locação de toda infraestrutura necessária dos sistemas de transmissão, irradiação, estúdio, torre, abrigo, climatização, e energia para difundir o sinal de Rádio Câmara de Manaus na frequência de 105,5 MHz.	MÊS	12		
VALOR TOTAL					
VALOR GLOBAL POR EXTENSO					

A empresa (NOME DA EMPRESA) declara que:

- Nos valores das propostas de preços estão incluídas todas as despesas com tributos e fornecimento de certidões e documentos, bem como encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros de qualquer natureza e, ainda, gastos com transportes e acondicionamento em embalagens adequadas, conforme caso;
- Atende todas as exigências técnicas mínimas, prazos de entrega ou de prestação, cronograma de execução e as respectivas quantidades, conforme caso;
- Caso seja vencedora no certame, submete-se a todas as condições estabelecidas neste Edital e na minuta do contrato que o integra, sob pena de rescisão unilateral do contrato.
- Validade mínima da Proposta: 60 (sessenta) dias a contar da data da apresentação das propostas de preços e de documentos para habilitação à Comissão Permanente de

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio
 Manaus - AM | 69029-120
 Tel.: 3303-2762
www.cmm.am.gov.br





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



Licitação.

e) Prazo de entrega / execução de acordo com as previsões do **Anexo I**.

Manaus, 04 de Maio de 2026.

Assinatura do Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal



Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio
Manaus - AM | 69029-120
Tel.: 3303-2762
www.cmm.am.gov.br





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PRAZOS DE ENTREGA

REF: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2026 – SRP/CMM

A Empresa _____, CNPJ N.º _____, por seu(s) Representante(s) Legal(ais) abaixo assinados, DECLARA(M) ao(à) Pregoeiro(a) e respectiva Equipe de Apoio sob as penas da Lei, que observará rigorosamente o prazo de entrega, objeto do presente Pregão.

Local e Data

Assinatura do Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal.

Observações:

- O texto acima é mera sugestão. A empresa licitante poderá alterá-lo, se considerar conveniente, desde que as alterações atendam à exigência legal indicada.
- Utilizar, se possível, papel timbrado da empresa.
- A presente Declaração deverá ser entregue conforme disposto no Edital.





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS- LGPD

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2026 – SRP/CMM

(Nome da empresa) _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, portadora da inscrição estadual/municipal nº _____, através de seu representante legal, _____(nome), _____(qualificar) _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

Manaus, 04/05/2026.

Assinatura do Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio
Manaus - AM | 69029-120
Tel.: 3303-2762
www.cmm.am.gov.br





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



MINUTA ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ____/2026 CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS/AM

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026-SRP/CMM PROCESSO ADMINISTRATIVO 2025.10000.10718.0.000753

Aos XX dias do mês de XXXXX de 2026, na **CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS/ AM**, inscrito (a) no CNPJ 04.503.504/0001-85, com sede à n° CEP - – Manaus-AM neste ato legalmente representado por **DAVID VALENTE REIS**, portador do CPF nº 509.879.092-15, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone: (XX) XXXXXXXXXXXXXXXX

Email: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Endereço: XX

Lote:	Quantidade:	Unidade:	Marca:	Modelo:	Perço Unitário:	Valor Total:
Descrição: Locação de toda infraestrutura necessária dos sistemas de transmissão, irradiação, estúdio, torre, abrigo, climatização, e energia para difundir o sinal de Rádio Câmara de Manaus na frequência de 105,5 MHz.						

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até **xx/xx/xxxx**, a contar do dia **xx/xx/xxxx**.

1. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas:

1.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

1.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio
Manaus - AM | 69029-120
Tel.: 3303-2762
www.cmm.am.gov.br





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

1.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

1.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

1.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar

prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

1.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

1.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

1.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 1.1.

1.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

1.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

1.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 1.7.

1.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 1.7., desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio
Manaus - AM | 69029-120
Tel.: 3303-2762
www.cmm.am.gov.br





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

3.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

3.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5. O registro a que se refere o item 3.4.3 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.5. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

3.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

3.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas.

3.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e portal da transparência municipal e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

3.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas **não obrigará** a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



4.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1., sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio
Manaus - AM | 69029-120
Tel.: 3303-2762
www.cmm.am.gov.br





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art.32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas termo de referência anexo do Edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 7.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

9.3. As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico n. 000/2026-SRP/CMM e as propostas apresentadas pela CONTRATADA, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

9.4. O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTE(S) CONTRATADA (S) dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo, Edital do Pregão Eletrônico n. 000/2026-SRP/CMM, conforme lavrada em Ata datada de XX/XX/XXXX, e homologação feita pelo senhor Presidente.

9.5 Fica responsável pelo acompanhamento e fiscalização quanto à completa execução da ARP conforme **item x** do Termo de Referência.

9.6 Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja a presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

Presidente da Câmara Municipal

Representante da PRESTADORA





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS

MINUTA



CONTRATO Nº 000/2026-CMM

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SI
CELEBRAM A CÂMARA
MUNICIPAL DE MANAUS E A
EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA
FORMA ABAIXO:

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Rua Padre Agostinho Caballero Martin, n.º 850, Bairro São Raimundo, MANAUS/AM, CEP 69.027-018, inscrito no CNPJ sob o número 04.503.504/0001-85, neste ato representado por seu Presidente, Vereador **DAVID VALENTE REIS**.

CONTRATADA: a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com seus Atos Constitutivos registrados na Junta Comercial sob o n.º **XXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º **XXXXXXXXXXXXXXXX**, representada neste ato pela Sra. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Carteira de Identidade n.º **XXXXXXXXXXXX** SSP/AM e CPF n.º **XXXXXXXXXX-XX**, residente e domiciliada, nesta cidade, à Rua **XXXXXXXXXXXX**, n.º **XXX**, Bairro: **XXXXXXXX**, CEP: **XXXXXXXXXXXX**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º 2025.10000.10718.0.000753, doravante denominado **PROCESSO**, na presença das testemunhas adiante nominadas é assinado o presente

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS, que se regerá pelos princípios e normas contidas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, e demais diplomas legais pertinentes a matéria, e ainda a legislação complementar pertinente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

I - Este contrato tem como fundamento a Lei 14.133/21 e visa principalmente a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e observará os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e dos que lhes são correlatos.

II - O presente contrato reger-se-á por suas cláusulas e pelos preceitos do direito público, aplicando-lhe supletivamente, especialmente os casos omissos, o princípio da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

III - As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato Administrativo, que se regerá pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e as cláusulas e condições descritas no presente, conforme o Termo de Referência, vinculando-se ao referido Edital.

IV - Este contrato tem regime de Execução Indireta nos termos da Lei.

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio
Manaus - AM | 69029-120
Tel.: (092) 3303-2762
www.cmm.am.gov.br





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

I - Constitui o objeto deste, contratação de empresa, através de Registro de preço para eventual contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de locação de toda infraestrutura necessária dos sistemas de transmissão, irradiação, estúdio, torre, abrigo, climatização, e energia para difundir o sinal de Rádio Câmara de Manaus na frequência de 105,5 MHz para atender as necessidades da Câmara Municipal de Manaus, oriundo do Processo Administrativo n.º 2025.10000.10718.0.000753.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, a contar do dia XX/XX/2026 a XX/XX/2027.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

I - O valor total da contratação estimado é de **R\$ 000000 (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, com valor mensal estimado de **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

II - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Câmara Municipal de Manaus, na classificação:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01101 – CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS;
PROGRAMA DE TRABALHO: 01.122.0122.2181 - CONTRAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO FUNCIONAL DA CMM;
NATUREZA DA DESPESA: 33903912- LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS;
FONTE DE RECURSOS: 1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTO.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

O Contratante pagará à Contratada o valor mensal global de R\$ (.....) no qual já estão inclusos todos os tributos e encargos sociais, bem como, quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

O regime de execução dos serviços a serem executados pela **CONTRATADA**, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência e Anexo I do Edital.

Observação: Deverá ser apresentada, previamente, cotação do fornecimento e qualquer a ser executado para autorização da Fiscalização de despesa na fatura mensal, conforme estabelecido no item 9 do Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** são aquelas previstas no **Termo de Referência, Anexo I do Edital**.

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio
Manaus - AM | 69029-120
Tel.:(092)3303-2762
www.cmm.am.gov.br





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



I - Do Contratante

- a) Emitir a Nota de Empenho e proceder à assinatura do Contrato, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- b) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
- c) Exercer a fiscalização da execução e a gestão contratual por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 14.133/21;
- d) Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Contratada;
- e) Efetuar os pagamentos na forma e prazo estabelecidos no Contrato.

II - Da Contratada

- a) Dar plena e fiel execução ao contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições neste estabelecidas;
- b) Coordenar, supervisionar e executar, sob sua exclusiva responsabilidade, a qualidade dos equipamentos, bem como, expressamente reconhecer e declarar que assume as obrigações decorrentes do contrato.
- c) Arcar com todos os encargos fixados pelas Leis Trabalhistas e Previdenciárias, para seus empregados/técnicos envolvidos na execução do objeto.
- d) Seguir toda a legislação vigente, em especial a CLT, no que diz respeito à segurança e higiene do trabalho.
- e) Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- f) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no TR, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 1. Apresentar documentação exigida no Termo de Referência.
 2. Arcar com todas as despesas de tributos e encargos sociais que incidirem sobre a execução dos serviços;
 3. Arcar com todas as despesas de transporte, hospedagem, alimentação e deslocamento para prestação dos serviços;
 4. No caso da necessidade de auxílio na execução dos trabalhos, fica em responsabilidade da contratada, a admissão do auxiliar, a cobertura de suas despesas, o fornecimento de todo o material necessário para execução do trabalho o fornecimento de EPI's (equipamento de proteção individual) zelando pela qualidade do trabalho realizado.
 5. Efetuar a prestação do serviço em estrita observância com a solicitação e especificações do Edital e da proposta.
 6. Executar o objeto dentro das normas de segurança e em qualidade igual ou superior ao esperado pela contratante.
 7. Responsabilizar-se pelos serviços mal executados;
- 7.1. As obrigações da contratada implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) corridos, o serviço em desacordo.
- 7.2. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto.
- 7.3. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.4. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio

Manaus - AM | 69029-120

Tel.: (092) 3303-2762

www.cmm.am.gov.br





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

7.5. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7.6. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do Contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I - O contratado/detentor que ensejar o retardamento da execução do objeto/serviço, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública contratante sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais previstas nos Art. 156 e 159 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

I - A inexecução total ou parcial de quaisquer das cláusulas do presente, enseja a sua rescisão, com as consequências nele previstas, em lei ou regulamento, podendo este instrumento contratual firmado, ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 137 da Lei no 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CRIMES E DAS PENALIDADES

I. O contratado/detentor que cometer fraude ao contrato (Art. 337-L da Lei 14.133/21) ou que declarado inidôneo, venha contratar com a Administração Pública (Art. 337-M, §2º da Lei 14.133/21) se sujeita às penas previstas na Lei 14.133/21, Título V, Capítulo II-B no que se refere aos crimes em licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

I - Não haverá exigência de garantia contratual nos termos do Art. 96 da Lei 14.133/21, dos bens/serviços contratados na presente contratação tendo em vista que o(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) após a entrega e aceitação do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

I - As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



Lei Federal nº 13.709/2018.

II - Para os fins desta cláusula, consideram-se os seguintes conceitos:

- a) Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;
- b) Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico;
- c) Controlador: a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, especialmente relativas às finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.
- d) Operador: quem realiza tratamento de dados pessoais de acordo com parâmetros estabelecidos pelo controlador.
- e) Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, eliminação, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, difusão, avaliação, controle, modificação, comunicação, transferência ou extração;

III - O tratamento de dados pessoais realizado entre as PARTES será regido pelo disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), ficando as PARTES comprometidas a adequar as atividades profissionais que envolvam o tratamento de dados pessoais à lei, cumprindo suas respectivas obrigações.

IV - A CONTRATADA deverá, no ato da assinatura deste instrumento, indicar o responsável pela gestão de dados oriundos deste Contrato.

V - As PARTES se comprometem a tratar os dados pessoais e dados pessoais sensíveis decorrentes deste Contrato observando a legislação aplicável a espécie e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a LGPD, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

VI - O tratamento de quaisquer dados pessoais e dados pessoais sensíveis decorrentes deste Contrato seguirá rigorosamente a finalidade descrita na Cláusula Primeira, objeto deste Contrato, sendo restrito naquilo que se fizer imprescindível à execução do Contrato.

VII - Caso uma das PARTES deseje tratar os dados pessoais compartilhados para quaisquer outros fins, deverá propor aditivo de Contrato que informe claramente a respeito das novas atividades de tratamento a serem realizadas, sendo facultativo à outra PARTE sua aceitação, haja vista a alteração de finalidade para a qual o Contrato foi previamente formalizado.

VIII - As PARTES se comprometem a não transferir e/ou compartilhar com terceiros, os dados tratados em razão da presente relação, a menos que seja requisito essencial para o cumprimento do presente Contrato e mediante autorização prévia e expressa da outra PARTE, ou que seja em decorrência de observância ao dever legal e/ou determinação judicial, sempre respeitando os parâmetros deste Contrato e as normas da LGPD.

IX - Em qualquer hipótese, a transferência e/ou compartilhamento dos dados pessoais e de dados sensíveis com terceiros, a outra PARTE deverá ser previamente comunicada, a qual deverá decidir sobre a exequibilidade do compartilhamento, inclusive notificando





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



os titulares dos dados ou solicitando a sua notificação pela PARTE, quando assim couber.

X - No contexto do tratamento, armazenamento, transferência e/ou compartilhamento de dados, as PARTES deverão garantir a confidencialidade, disponibilidade e integridade dos dados, empregando as técnicas de segurança mais atualizadas de mercado, tais como a criptografia e a geração de logs para auditorias, inclusive para arquivos de backup, sob pena de rescisão e aplicação de sanções cabíveis.

XI - As PARTES se comprometem a assegurar o direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de dados pelo titular e à outra PARTE, nos moldes legais, disponibilizando de forma clara e a todo tempo as informações pertinentes ao tratamento dos citados dados decorrentes desse Contrato.

XII - As PARTES se comprometem a prestar auxílio mútuo no cumprimento de suas obrigações legais no que diz respeito ao registro das operações de tratamento de dados, nos termos dos artigos 37 e 38 da LGPD, na garantia do exercício de direitos dos titulares dos dados objeto deste Contrato, nos termos dos artigos 9º e 11º, II, f, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de controle administrativo, naquilo que couber.

XIII - As PARTES deverão assinar Termo de Compromisso e Não-Divulgação, compreendido no Anexo I deste Contrato, comprometendo-se a não divulgar sem autorização quaisquer dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso decorrente do presente Contrato, respeitando todos os protocolos exigidos pela lei, bem como legislação complementar e orientações emitidas pela ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), assumindo responsabilidade administrativa, civil e criminal por eventual incidente ou vazamento de dados provocados por si, seus empregados e/ou colaboradores, sem prejuízo de indenização à outra PARTE e/ou pessoas prejudicadas.

XIV - As PARTES darão conhecimento formal a seus empregados, colaboradores terceiros ou quaisquer indivíduos responsáveis pelas atividades de tratamento de dados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, cujos princípios deverão ser aplicados a toda e qualquer atividade que envolva a presente contratação.

XV - As PARTES se comprometem a notificar a outra, em no máximo 24 horas, a respeito de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, bem como, a cooperar ativamente e agir proativamente na identificação, apuração e remediação de incidentes de segurança envolvendo os dados pessoais sob sua tutela.

XVI - A comunicação de incidentes deverá conter todas as informações relacionadas ao evento, e, essencialmente: (i) a descrição dos dados envolvidos; (ii) a quantidade de dados envolvidos (volumetria do evento); e (iii) os titulares dos dados afetados pelo evento.

XVII - A Câmara Municipal de Manaus se reserva no pleno direito de regresso contra a CONTRATADA por qualquer ônus, dano, perda, prejuízo ou custos que venha a sofrer em função de mal-uso, de desvio de finalidade ou de tratamento indevido dos dados pessoais ora compartilhados, por descumprimento ao presente contrato e às regras da LGPD.

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio
Manaus - AM | 69029-120
Tel.: (092) 3303-2762
www.cmm.am.gov.br





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



XVIII - As atividades de tratamento de dados conduzidas pelas PARTES poderão durar

durante a vigência do Contrato, exceto quando houver exigência legal que estabeleça o contrário.

XIX - Decorrido o prazo para o cumprimento da obrigação legal ou judicial, as PARTES deverão destruir todos os dados e informações constantes em seus arquivos referentes à outra que não sejam necessários para cumprimento de obrigação legal ou regulatória.

XX - Caso uma das PARTES continue a tratar os dados pessoais, será a única responsável por eventual incidente de segurança, bem como pelo cumprimento de qualquer direito dos titulares de dados ou da LGPD, mantendo a outra PARTE indene de qualquer responsabilidade.

XXI - Em caso de ocorrência de prejuízo aos titulares de dados e/ou às PARTES decorrentes da não observância nas normas constantes deste Contrato, a PARTE que der causa ao prejuízo se obriga a indenizar a outra pelos danos sofridos, sejam eles de natureza patrimonial ou extrapatrimonial, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, respeitando o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS GARANTIAS TRABALHISTAS NA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

As garantias trabalhistas desse contrato, serão regidas pelo art. 46 da Lei nº 14.133, de 1º/04/2021, pelo Decreto Federal n.º 12.174 de 11/09/2024, CLT e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - A Contratada tem pleno conhecimento de todos os itens e anexos expressos na Contratação, a ela se obrigando como se neste estivessem transcritos, inclusive quanto à obrigatoriedade de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

II - O contratado se obriga a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do objeto do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Manaus/AM, para dirimir e solucionar quaisquer dúvidas oriundas do presente.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente dispensando-se as testemunhas, para que produza seus efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - COMPOSIÇÃO DO CONTRATO – Constitui partes obrigatórias deste Termo de Contrato:

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio
Manaus - AM | 69029-120
Tel.: (092) 3303-2762
www.cmm.am.gov.br





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



a) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

De tudo, para constar, foi lavrado o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus legítimos e legais efeitos.

Manaus, xx de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADO

DAVID VALENTE REIS

Presidente da Câmara Municipal de Manaus

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Empresa

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CPF.: _____

CPF.: _____

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio
Manaus - AM | 69029-120
Tel.:(092)3303-2762
www.cmm.am.gov.br

